

MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS NO PORTO DE SANTOS BATE NOVO RECORDE

No mês de junho, cais santista contou com um crescimento de 6,2% em relação ao mesmo período no ano passado

Da Redação 15.07.20 13h28



[https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.1026:1541004057/Conteineres-do-Porto.jpg?f=2x1&\\$p\\$f=87887bf&q=0.8&w=1500&\\$w=f075b93](https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.1026:1541004057/Conteineres-do-Porto.jpg?f=2x1&pf=87887bf&q=0.8&w=1500&$w=f075b93)

Movimento no mês de junho contou com um crescimento de 6,2% (Carlos Nogueira/AT)

A movimentação de cargas no Porto de Santos teve novo recorde no mês de junho, com crescimento de 6,2% em relação ao mesmo

período do no passado. O aumento acontece principalmente devido aos embarques, que tiveram uma expansão de 14,6%, para 9,4 milhões de toneladas. A alta está ligada principalmente à exportação de soja e açúcar.

Os dados fazem parte do levantamento da Autoridade Portuária de Santos (APS), que destaca a chegada à marca histórica 70,3 milhões de toneladas, avanço de 10,6% sobre janeiro-junho de 2019, resultado das altas de 13,9% e de 2,6% das exportações e importações, respectivamente.

Como vem acontecendo nos últimos meses, o resultado positivo é impulsionado pelo agronegócio. “Esse é o único setor que a pandemia ainda não causou prejuízos”, avalia o consultor portuário Fabrizio Pierdomenico. O açúcar teve aumento de 40% nos embarques, somando 8,7 milhões de toneladas. O complexo soja cresceu 27%, com 22,8 milhões de toneladas. E a celulose, 17,7%, com 2,8 milhões de toneladas.

No caso da soja, responsável por pouco mais de um terço da movimentação de embarque, a explicação está na safra recorde, aliada à briga internacional entre China e Estados Unidos, que fez com que os asiáticos comprassem boa parte da produção brasileira.

Já para o açúcar, a procura do mercado internacional pelo produto brasileiro foi grande não apenas para repor estoques do período de pandemia, mas também devido a problemas com safra enfrentados por países que eram grandes exportadores. Por conta disso, os produtores nacionais preferiram destinar menos cana-de-açúcar para o etanol e dar foco ao açúcar.

Retração

Por outro lado, o efeito do coronavírus na economia do Brasil e do mundo começa a mostrar os reflexos na importação. Em junho, a queda de desembarques no Porto de Santos teve uma queda de 14,3% em relação a 2019. No semestre, o impacto é um crescimento pequeno nos desembarques no complexo portuário santista, de 2,6%.

Sobre a movimentação de contêineres, que em junho teve queda de 13,5% em TEU (unidade equivalente a uma caixa metálica de 20 pés), o especialista acredita que os efeitos são mais demorados e serão sentidos mais ao longo do segundo semestre. “Entre abril e maio, ainda existiam contratos assinados. E contêiner tem relação direta com o crescimento da economia”, afirma ele, que estima que o País tenha uma queda entre 6% a 7% no Produto Interno Bruto (PIB) em 2020.

RODRIGO ZANETHI: O ESTUDO DE TEMPOS DE LIBERAÇÃO DE CARGAS

Assim, ante as soluções em desenvolvimento apresentadas, só posso escrever uma coisa: venham logo! O comércio exterior brasileiro agradecerá profundamente

Por Rodrigo Zanethi 15.07.20 15h55

A Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), em conjunto com a Secex, a Anvisa e o Mapa, apoiado pelo Grupo Banco Mundial, o Fundo da Prosperidade do Reino Unido e da Organização Mundial das Aduanas (OMA), apresentou, no último dia 30/6, o primeiro Estudo de Tempos de Liberação de Cargas, desenvolvido com metodologia da OMA, atendendo à medida prevista no Acordo de Facilitação do Comércio da OMC. Neste estudo são apresentadas informações para o comércio exterior, visando a ampliação da transparência, da simplificação, e o engajamento dos diversos atores do comércio exterior.

O presente estudo refere-se aos procedimentos de importação de “consumo” com início em junho e julho de 2019. Pelo estudo, as principais informações obtidas foram que: a) o tempo médio para a liberação da mercadoria (contado da chegada da mercadoria no País até sua efetiva saída física do local alfandegado), considerados todos os modais, foi de 7,4 dias, sendo que, no modal marítimo, em média, dura 9,7 dias, no aéreo, 5,8 dias, e no rodoviário, 2,3 dias; b) mais de 87% das mercadorias importadas são fisicamente liberadas em menos de 7 dias, contados da chegada ao País; c) quase 70% do tempo médio total despendido nos processos envolvendo a Anvisa não decorre de ações sob sua responsabilidade, mas relativo ao pagamento e a compensação bancária das taxas; c) o procedimento de desembaraço aduaneiro, sob a responsabilidade da RFB, responde por menos de 10% do tempo total apurado; d) no despacho sobre águas, o tempo médio das importações é 73% menor que o realizado em outras modalidades e, por fim, e) as ações sob responsabilidade dos agentes privados, como do importador ou seu despachante aduaneiro, do transportador internacional e do depositário, representam mais da metade do tempo total despendido nos fluxos analisados.

Para sanar eventuais falhas verificadas junto às informações obtidas, o estudo demonstra que existem soluções em desenvolvimento: a) no modal aéreo, a implementação do novo controle de carga aéreo, previsto ainda para 2020, controle este baseado em gerenciamento de riscos intensivo, prevendo a redução de até 90% dos casos de intervenção fiscalizatória; b) a antecipação das informações prestadas pelos importadores, para atuação da fiscalização antes mesmo da chegada das mercadorias ao País, o que, considero imprescindível, pois sem a necessidade da chegada física da carga, serão positivamente afetados o licenciamento e o registro da declaração de importação e conseqüentemente a liberação da mercadoria, evitando custos, incluindo a armazenagem e eventual “demurrage”; c) ainda nos casos acima, ante a possibilidade do gerenciamento de risco antecipado pela RFB, a parametrização da mercadoria será feita quando do registro da presença de carga, o que só confirma o exposto acima, derivando daí uma redução de armazenagem e uma menor movimentação da carga, resultando em uma maior agilidade logística favorável ao importador; d) no tocante ao pagamento dos tributos, com a adoção no âmbito do Portal Único, do módulo Pagamento Centralizado de Comércio Exterior, salientando que o Portal Único irá eliminar informações duplicadas. Com esta simplificação trazida pelo Portal Único, a RFB atuará nas demandas necessárias; e) a implementação do OEA-Integrado; f) a antecipação na inspeção de embalagem de madeira pelo Mapa, com a seleção das cargas do modal marítimo antes da chegada no País; e por fim, g) simplificação do marco regulatório dos órgãos públicos para a adesão ao Portal Único.

Assim, ante as soluções em desenvolvimento apresentadas, só posso escrever uma coisa: venham logo! O comércio exterior brasileiro agradecerá profundamente.

PORTO DE SANTOS EXPORTA 31,6 MILHÕES DE SACAS DE CAFÉ DURANTE SAFRA

Período começou em julho de 2019 e terminou no mês passado. O volume significa 79,2% de todo o produto escoado pelo País

Por **Fernanda Balbino** 14.07.20 14h16



[https://www.tribuna.com.br/image/contentid/policy:1.109103:1594683161/Estivador-sacaria-Cafe-porto-de-Santos.jpg?f=2x1&\\$p\\$f=9c7ceda&q=0.8&w=1500&\\$w=f075b93](https://www.tribuna.com.br/image/contentid/policy:1.109103:1594683161/Estivador-sacaria-Cafe-porto-de-Santos.jpg?f=2x1&pf=9c7ceda&q=0.8&w=1500&$w=f075b93)

Os dados fazem parte do levantamento mensal do Cecafé (Carlos Nogueira/AT)

Mais de 31,6 milhões de sacas de 60 quilos de café foram embarcadas no Porto de Santos no ano-safra da commodity, que

começou em julho de 2019 e terminou no mês passado. O volume significa 79,2% de todo o produto escoado. Apenas no primeiro semestre deste ano, 15,8 milhões de sacas deixaram o País pelo cais santista, 80,6% das exportações.

Os dados fazem parte do levantamento mensal do Conselho Nacional dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé), divulgado nesta segunda-feira (13). Segundo a entidade, no anosafra, 40 milhões de sacas do produto foram exportadas. O volume representa o segundo recorde histórico de exportações.

A receita obtida com a venda da safra 19/20 foi de US\$ 5,1 bilhões, equivalente a R\$ 22,8 bilhões, o que representa um aumento de 8,8% em relação ao período anterior. Já o preço médio foi de US\$ 128,04.

Enquanto 31,6 milhões de sacas de café foram escoadas pelo Porto de Santos no ano-safra 19/20, os portos do Rio de Janeiro foram responsáveis pelos embarques de 5 milhões de sacas, o equivalente a 12,7% da commodity negociada com o mercado internacional.

Já o porto de Vitória (ES) escoou 1,4 milhão de sacas, 3,7% do total, enquanto o porto de Paranaguá (PR) escoou 1,6% do café brasileiro, o equivalente a 621.909 sacas.

No ano-safra encerrado no mês passado, 112.262 TEU (unidade equivalente a um contêiner de 20 pés) foram utilizados para o transporte do café brasileiro rumo ao mercado internacional. Já ano safra anterior, o volume transportado em caixas metálicas foi um pouco maior, sendo necessários 116.424 TEU.

Os principais destinos do café brasileiro foram os Estados Unidos, com a exportação de 7,8 milhões de sacas (19,6% dos embarques totais no ano-safra); Alemanha, com a exportação de 6,8 milhões de sacas (17%); Itália, com 3,3 milhões de sacas (8,4%); Bélgica, com 2,7 milhões de sacas (6,8%); Japão, com 2 milhões de sacas (5%); Federação Russa, com 1,2 milhão de sacas (3,1%); Turquia, com 1,2 milhão de sacas (2,9%); México, com 1,1 milhão (2,8%); Espanha, com 901,8 mil sacas (2,3%) e Canadá, com 869,5 mil sacas (2,2%).

“Todo o empenho da cadeia em adotar os cuidados necessários de prevenção, garantindo a saúde e proteção de todos os profissionais envolvidos, tem sido bem-sucedido e o Brasil exportou para 125 destinos e ainda registrou aumento as vendas para países produtores. Estamos otimistas com as perspectivas de uma boa safra em curso, tanto para os cafés arábica quanto para os conilon que até o momento vem se apresentando de muito boa qualidade, e confiantes de que o mundo poderá saborear ainda mais o café brasileiro no próximo ano cafeeiro com qualidade, eficiência e sustentabilidade”, afirmou o presidente do Cecafé, Nelson Carvalhaes.

Primeiro semestre

No acumulado deste ano civil, entre janeiro e junho, o Brasil exportou 19,6 milhões de sacas de café, configurando o segundo recorde histórico para o período. A receita cambial gerada no período foi de US\$ 2,6 bilhões, equivalente a R\$ 12,6 bilhões, um crescimento de 28,2% em relação ao primeiro semestre do ano passado. Já o preço médio foi de US\$ 130,76, aumento de 4,1% na mesma base comparativa.

Além do Porto de Santos, outros 20 complexos portuários escoram o café brasileiro neste ano. Os portos do Rio de Janeiro responderam por 12,2% dos embarques, com um total de 2,4 milhões de sacas exportadas.

Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 15/07/2020



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

ANTAQ AUTORIZA EMPRESAS A OPERAREM TERMINAIS EM BELÉM E MANAUS

Os termos de liberação de operação (TLOs) foram publicados na terça-feira (14), no DOU



<http://portal.antaq.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/Pier-Atraca%C3%A7%C3%A3o-Bel%C3%A9m-2.jpg>

Pier de atracação de terminal em Belém

A ANTAQ publicou dois Termos de Liberação de Operação (TLO), na terça-feira (14), no Diário Oficial da União. As autorizações estão na seção 1, página 273 do DOU.

Um dos termos permite a empresa J. F. de Oliveira Navegação LTDA a dar início à operação na área ampliada do Terminal de Uso Privado (TUP), denominado J. F. de Oliveira Navegação, localizado em Belém (PA). A instalação portuária movimentará cargas geral e containerizada. A empresa deverá observar as normas, regulamentos da ANTAQ, Contrato de Adesão (Adaptação nº 053/2014-ANTAQ) e seu Primeiro Termo Aditivo para a operação do TUP.

Já o outro TLO permite a empresa Distribuidora Equador de Produtos de Petróleo LTDA a operar o TUP Equador I, localizado em Manaus (AM). A instalação portuária fará movimentação e armazenagem de granel líquido. A empresa deverá observar as normas, regulamentos da Agência e ao Contrato de Adesão 22/2019-MINFRA, de 16 de dezembro de 2019, para a operação do terminal.

*Fonte : ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ*

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaq.gov.br

Data : 15/07/2020

MOVIMENTAÇÃO DO SETOR PORTUÁRIO CRESCE 3,98% NOS PRIMEIROS CINCO MESES DO ANO

Boletim Informativo Aquaviário da ANTAQ passa a trazer dois novos indicadores: o valor do THC e o índice de utilização da frota de navios porta-contêineres na cabotagem



http://portal.antaq.gov.br/wp-content/uploads/2020/04/estudio58.com.br_9741-768x512.jpg

Setor portuário: crescimento, apesar da pandemia

De janeiro a maio de 2020, o setor portuário brasileiro (portos organizados + terminais de uso privado) movimentou 436,445 milhões de toneladas. O número representa um crescimento de 3,98% em comparação com igual período do ano passado. Os números são do Estatístico Aquaviário da ANTAQ.

Os terminais privados foram responsáveis pela movimentação de 282,599 milhões de toneladas (64,8% de participação). Já os portos organizados movimentaram 153,846 milhões de toneladas (35,2% de participação).

A movimentação de cargas nos portos privados, de janeiro a maio de 2020, registrou crescimento de 2,74% em relação ao mesmo período de 2019. No caso dos portos organizados, crescimento foi de 6,34%.

Nos primeiros cinco meses do ano, Santos movimentou 46,2 milhões de toneladas: melhoria de 10,45% em comparação com o mesmo período de 2019. O Porto de Santos lidera o ranking de movimentação em se tratando de portos organizados. Nos terminais de uso privado, o Terminal da Ponta da Madeira (MA) aparece em primeiro, com 64,7 milhões de toneladas: um crescimento de 0,91% em relação aos primeiros cinco meses de 2019.

Mercadorias

O minério de ferro foi a carga mais movimentada no setor portuário brasileiro nos primeiros cinco meses do ano: 121,7 milhões de toneladas. Em seguida, vieram o petróleo e derivados, com 103,5 milhões de toneladas. Em terceiro, aparece a soja: 62,1 milhões de toneladas.

Mai

Analisando apenas o mês de maio, o setor portuário movimentou 94,6 milhões de toneladas: um crescimento de 3,50% em comparação com o mesmo mês de 2019.

Boletim Aquaviário do 1º trimestre traz dois novos indicadores

A partir desta edição do 1º trimestre de 2020, o Boletim Informativo Aquaviário da ANTAQ passa a trazer dois novos indicadores, que serão acompanhados de forma contínua. Assim, além da análise da movimentação portuária e do transporte de cargas no trimestre, o leitor acompanhará o valor do THC (Terminal Handling Charge) nos principais terminais portuários do mundo e o índice de utilização da frota de navios porta-contêineres na cabotagem.

Com relação ao THC, foi possível constatar, por exemplo, que no terminal da Santos Brasil, no porto de Santos/SP, o preço padrão para movimentação de um contêiner de 20' no sentido exportação variou de US\$ 127 a US\$ 154, dependendo do transportador marítimo, ao passo que no Porto de Buenos Aires esse valor variou de US\$ 205 a US\$ 230; em Roterdã, de US\$ 223 a US\$ 255; e em Hamburgo, de US\$ 255 a US\$ 271.

Quanto à frota de embarcações que realizam serviços regulares na navegação de cabotagem, o índice de utilização atingiu 77,4% em março, apontando para uma elevada utilização das embarcações disponíveis.

Já em relação às estatísticas de movimentação dos portos públicos e portos, o documento aponta um decréscimo de 1,1% (2,7 milhões de toneladas) no primeiro trimestre deste ano em

comparação com igual período do ano passado. Mas, mercadorias como açúcar e soja, petróleo e derivados apresentaram crescimento na movimentação no período.

De acordo com o Boletim da ANTAQ, a demanda chinesa aquecida pelos produtos agrícolas do Brasil, o câmbio favorável e a maior produção de combustíveis justificam o desempenho positivo desses produtos. O destaque negativo foi o minério de ferro, principal produto movimentado nas instalações portuárias brasileiras, que apresentou decréscimo de aproximadamente 18% na movimentação. Tal resultado deve-se a questões operacionais da VALE, bem como a condições climáticas mais severas.

Considerando o tipo de navegação, destaque para o crescimento de 14,9% na movimentação de cargas provenientes ou destinadas à cabotagem, sendo que a movimentação de contêineres nesse tipo de navegação cresceu 9,8% (em TEUs) em relação ao primeiro trimestre de 2019. Já o transporte de cargas na cabotagem cresceu 16,6%, tendo sido transportadas 45,8 milhões de toneladas no primeiro trimestre de 2020.

Clique abaixo para acessar o Boletim Informativo Aquaviário do 1º Trimestre de 2020.

http://portal.antaq.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/Boletim_Aquav.1_Trim.01.07.2020.pdf

Fonte : ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaq.gov.br

Data : 15/07/2020



PORTAL PORTO GENTE

VLI SE COMPROMETE EM TER MAIS MULHERES NA LIDERANÇA

Assessoria de Comunicação

A VLI, companhia de soluções logísticas que opera terminais, ferrovias e portos, acaba de firmar compromisso “Equidade é Prioridade”, uma iniciativa promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) por meio do Pacto Global, que tem como objetivo promover a equidade de gênero dentro das empresas. O compromisso, lançado em 8 de março último, data em que é celebrado anualmente o Dia Internacional das Mulheres, estabelece uma meta mínima de 30% de mulheres em posições de alta liderança – a partir de gerentes ou cargos equivalentes – até 2025 e, opcionalmente 50%, até 2030. A VLI possui hoje cerca de 15,7% de mulheres, nos cargos de gerência à diretoria. Com o compromisso, a empresa pretende quase dobrar esse número até 2025.



https://portogente.com.br/images/Lilian_Rabelo_supervisora_de_m%C3%A1quinas_de_via_Divulga%C3%A7%C3%A3o_VLI.jpg

Lilian Rabelo supervisora de máquinas de via Divulgação VLI Lilian Rabelo supervisora de máquinas de via. Crédito: Divulgação VLI.

“A equidade de gênero é um assunto que precisa ganhar consistência e relevância no mundo dos negócios. Acreditamos que uma equipe mais diversa, com mais mulheres, é um fator de prosperidade para a sociedade e

para as empresas. A assinatura do compromisso Equidade é Prioridade converge com nosso objetivo de contar cada vez mais com o público feminino. Mais mulheres na liderança é também um símbolo de mais inclusão, oportunidades para elas e mais resultados para o negócio”, explica o presidente da VLI, Ernesto Pousada. Em 2019, a VLI já havia aderido às WEPPs (Women Empowerment Principles), os Princípios do Empoderamento da Mulher, promovido pela ONU Mulheres.

De acordo com a ONU, além do comprometimento com a meta, as empresas devem promover ações voltadas para a implementação da equidade de gênero em seu quadro de executivos. A VLI, por sua vez, vem promovendo iniciativas de diversidade e inclusão direcionadas não apenas à equidade de gênero, mas também para pessoas com deficiência, de diferentes raças e etnias e LGBTI+.



https://portogente.com.br/images/VLI_mulheres_Cr%C3%A9dito_Gustavo_Andrade.jpg

VLI mulheres. Crédito: Gustavo Andrade.

Dentro dessas práticas, que se estruturam sobre quatro pilares – Atrair, Desenvolver/Reter, Conscientizar e Compartilhar Valor –, destacam-se, especificamente para o público feminino, ações como a inserção mínima de 50% de mulheres nos programas de porta de entrada (estágio, trainee e jovem aprendiz); um programa de mentoria para formação de lideranças

femininas; a oferta de licença maternidade de 6 meses e benefícios exclusivos para mães, como auxílio creche e babá; a realização de treinamento e eventos para lideranças e para o público interno sobre o tema; a criação de grupos de afinidade para empoderamento das minorias e a inclusão da empresa em movimentos pró-equidade, como o Movimento Mulher 360°.

Fonte : Portal Porto Gente

Data : 15/07/2020

TRANSPARÊNCIA DE DADOS SOBRE DESMATAMENTO E FORTALECIMENTO DA FISCALIZAÇÃO

Editor Portogente

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), defendeu, mais uma vez, a transparência na divulgação dos dados sobre desmatamento pelo governo e o fortalecimento das ações de fiscalização. Maia participou na manhã desta terça-feira (14/7) de reunião com Grupo de Fundos de Investimentos Estrangeiro para debater questão ambiental no País e afirmou que é importante reafirmar os acordos que o Brasil assinou nos últimos anos.

Ele lembrou que tem alertado e criticado o governo desde o ano passado, principalmente em relação à retomada das estruturas de fiscalização das agências de controle e à cobrança de mais recursos para o enfrentamento das queimadas.

“É importante que essa sinalização (por parte do Executivo) venha com palavras e, também, ações concretas. Somado a isso mostramos que a pauta do País não será de retrocesso”, disse. “É importante debater e cobrar junto com o governo a transparência em relação aos dados (do desmatamento) e o fortalecimento das agências ligadas ao meio ambiente para ter estrutura e orçamento para enfrentar as queimadas no nosso País”, defendeu Maia.

Fonte : Portal Porto Gente

Data : 15/07/2020

ISTOÉ Dinheiro

ISTOÉ - DINHEIRO

NÃO HAVERÁ FALTA DE CRÉDITO E FINANCIAMENTO PARA O SETOR DE SANEAMENTO, DIZ BNDES

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Gustavo Montezano, afirmou que o saneamento é agenda prioritária da instituição financeira nos próximos anos. Ele garantiu que não faltará crédito para financiar investimentos no setor. Montezano disse

ainda que o banco está à disposição de governadores e prefeitos que quiserem apoio na estruturação de projetos na área.

“Iniciamos agora a jornada de execução dos investimentos no saneamento. O marco era fundamental para isso”, afirmou ele, em cerimônia de sanção da lei no Palácio do Planalto.

Na avaliação dele, os investimentos em saneamento podem ajudar a reduzir a desigualdade social no País, que tem um dos piores índices do mundo.

Montezano disse que projetos com uma boa modelagem, engenharia e estruturação financeira são fundamentais para atrair investimentos. “O BNDES está à disposição de governadores e prefeitos para ajudar a elaborar projetos de saneamento”, comentou.

Segundo ele, a linha mestra de atuação do banco é baseada em cinco pilares: ninguém fica para trás; respeito à capacidade de pagamento de cada localidade; universalização no menor tempo possível; abertura à competição e busca do melhor player e modelo; e sustentabilidade financeira dos projetos.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 15/07/2020

ECONOMIA TERMINA PROPOSTA DE REFORMA TRIBUTÁRIA COM IMPOSTO SOBRE PAGAMENTOS ELETRÔNICOS, DIZ SITE

Da redação

O Ministério da Economia teria encerrado a construção da proposta de reforma tributária e deverá encaminhá-la para Casa Civil até sexta-feira, segundo o Blog do Valdo Cruz no G1.

Na lista de mudanças estaria incluída a criação de um imposto sobre pagamentos eletrônicos.

O novo tributo proposto pelo governo de Jair Bolsonaro seria uma maneira para a Pasta gerar receita para desonerar a folha de pagamento de todos os setores.

Estaria incluída, ainda, no texto a unificação de tributos federais, como PIS/Cofins, na Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que deverá ser cobrada nas transações de bens e serviços.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, já teria até buscado apoio no Congresso Nacional para o seu a sua proposta.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 15/07/2020

MOURÃO: EQUIPE ECONÔMICA ESTUDA FORMA DE GARANTIR ORÇAMENTO EXCLUSIVO À AMAZÔNIA

O vice-presidente da República, Hamilton Mourão, afirmou, nesta quarta-feira, 15, que a equipe econômica estuda uma forma de garantir um orçamento exclusivo para a preservação da Amazônia e também uma forma de conseguir abrir concursos públicos para agentes fiscalizadores para o meio ambiente antes de 2021.

“A equipe do ministro Paulo Guedes irá estudar alguma forma das doações que nós recebemos (para a Amazônia) possam ser colocados dentro da área orçamentária sem um impacto maior. Isso tem sido estudado pela equipe dentro dos nossos princípios básicos da nossa busca pelo equilíbrio fiscal”, disse Mourão em entrevista coletiva, após reunião do Conselho da Amazônia.

Ele afirmou que também foi solicitado a Guedes uma forma de recuperação das forças de trabalho dos órgãos ambientais, considerando a suspensão de concursos públicos federais até dezembro de 2021.

“Esse assunto foi colocado para o ministro do Meio Ambiente e os demais ministérios vão produzir estudo a esse respeito. Lógico que só temos uma linha de ação, solicitar uma abertura de concurso para que se possa contratar mais gente, isso tem que ser estudado junto com o Ministério da Economia”, declarou Mourão.

O vice-presidente disse que, além da prorrogação até novembro da presença das Forças Armadas na Amazônia Legal, o governo deve encaminhar ainda nesta quarta ao Congresso um projeto de lei que concede mais recursos para a ampliação da operação de Garantia de Lei e da Ordem (GLO).

Na mesma entrevista, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, afirmou que o presidente Jair Bolsonaro assinará na quinta-feira, 16, o decreto que proíbe queimadas na Amazônia e no Pantanal por 120 dias.

Destruição de equipamentos

Mourão afirmou que a destruição de equipamentos por crimes ambientais é realizada como “última linha de ação”, quando não há condições de retirar as máquinas da área por limitações da região. “Não existe nenhuma proibição de destruição de equipamento. Agora, temos dado prioridade para apreender esse equipamento e colocar como fiel depositário os próprios prefeitos dos municípios que toda hora estão pedindo uma máquina para melhorar sua estrada, uma motosserra, essa é a visão.”

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 15/07/2020



EXTRA ONLINE

GOVERNO ESPERA INVESTIMENTOS DE ATÉ R\$700 BI EM SANEAMENTO NOS PRÓXIMOS ANOS, DIZ GUEDES

(Por Isabel Versiani)

BRASÍLIA (Reuters) - O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse durante cerimônia de sanção do novo marco legal do saneamento básico nesta quarta-feira que o governo espera que o setor atraia investimentos de 600 bilhões a 700 bilhões de reais nos próximos anos.

Para o ministro, esse fluxo vai ajudar a destravar investimentos para o país também em outros setores, como gás natural e cabotagem.

Fonte : Extra Online

Data : 15/07/2020

SAFRA DE GRÃOS DE VERÃO NA CHINA TEM LEVE AVANÇO PARA 141,81 MI T EM 2020

(Reportagem de Hallie Gu e Tom Daly)

PEQUIM (Reuters) - A safra de verão de grãos da China avançou 0,9% em 2020 na comparação com o ano anterior, atingindo 142,81 milhões de toneladas, disse o departamento de estatísticas do país nesta quarta-feira.

A produção de trigo registrou alta de 0,6%, a 131,68 milhões de toneladas, impulsionada por um aumento nas produtividades, apesar da redução na área plantada com o cereal, afirmou o Departamento Nacional de Estatística em comunicado publicado em seu website.

Agricultores de algumas importantes áreas de produção de trigo no país alteraram o plantio para vegetais e canola, estimulados pela forte demanda e por margens mais elevadas de lucro, enquanto algumas áreas do norte chinês reduziram a semeadura de trigo para economizar as

reservas subterrâneas de água, disse Li Suoqiang, chefe da divisão de agricultura do departamento, em um segundo comunicado.

Fonte : Extra Online

Data : 15/07/2020

PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS É DE DIFÍCIL APROVAÇÃO NO CONGRESSO, ALERTAM POLÍTICOS

Por Luciano Costa

SÃO PAULO (Reuters) - A proposta do governo do presidente Jair Bolsonaro de privatizar a Eletrobras, maior elétrica da América Latina, dificilmente será aprovada nos moldes atuais e neste momento pelo Congresso, em meio à pandemia de coronavírus, alertaram nesta quarta-feira dois políticos influentes no setor de energia.

Um projeto de lei para viabilizar a desestatização foi enviado pelo governo aos parlamentares ainda em novembro passado, mas não avançou desde então.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse no início de julho que o governo pretende levar adiante três ou quatro "grandes" privatizações neste ano, mas sem citar nomes de empresas.

Segundo o jornal Valor Econômico, a Eletrobras seria uma dessas companhias e as conversas para retomar a desestatização envolveriam possíveis mudanças no projeto enviado ao Congresso, que poderia voltar a prever a manutenção pelo governo de uma "golden share" na empresa após a mudança de controle.

"A possibilidade de isso prosperar é pequena", disse o deputado federal Arnaldo Jardim (PPS-SP), ao ser questionado sobre a desestatização da elétrica em evento online promovido pelo Canal Energia nesta quarta-feira.

"Privatização, há alguns casos que vão ser tocados, da Eletrobras, acho muito complicado. Porque não prospera com facilidade, e acho que o governo gasta aí uma energia equivocada", afirmou.

O senador Marcos Rogerio (DEM-RO), presidente da Comissão de Infraestrutura do Senado, também levantou dúvidas sobre a viabilidade de aprovação da matéria.

"A privatização não é o problema, o problema é como ela é feita, quais os critérios, qual o formato, qual o modelo dessa privatização. É isso que gera o maior embate no parlamento", afirmou ele, que disse ser a favor de desestatizações em geral.

"O Estado é um péssimo empreendedor, está aí o exemplo dos Correios, um exemplo de fracasso. A Eletrobras é outro exemplo disso. Agora, não dá para você fazer uma privatização que importe em prejuízo para quem está lá na ponta, para o cidadão."

A título de exemplo, o senador criticou regras definidas para a venda em 2018 de distribuidoras de energia da Eletrobras no Norte e Nordeste.

"Em relação às distribuidoras, o modelo de privatização que foi feito foi muito ruim... sou a favor da privatização da Eletrobras e outras mais, mas tenho preocupações em relação à proposta que o governo tem apresentado", acrescentou ele.

Defensores da desestatização, como o presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Jr., têm argumentado que a operação poderia levantar recursos importantes para que o governo recomponha as contas públicas após gastos extraordinários associados à pandemia de coronavírus.

O deputado Jardim, no entanto, afirmou que a União deveria priorizar a venda de ativos imobiliários estatais para levantar recursos, assim como acelerar outras concessões e parcerias público-privadas.

O projeto do governo para a Eletrobras prevê uma capitalização da companhia por meio da emissão de novas ações. A operação poderia ainda ser combinada a uma oferta secundária de ações da União na companhia, de forma que a fatia estatal na empresa caia abaixo de 50%.

Com os recursos dessa capitalização, a Eletrobras pagaria um bônus ao Tesouro pela renovação em melhores condições de seus contratos para exploração de hidrelétricas e linhas de transmissão.

O governo prevê levantar cerca de 16 bilhões de reais com o negócio, que poderia acontecer no primeiro semestre de 2021, caso a proposta seja aprovada pelos parlamentares ainda neste ano

Fonte : Extra Online

Data : 15/07/2020



JORNAL O GLOBO – RJ

SENADO APROVA LEI QUE FACILITA RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS PARA EMPRESAS DO SIMPLES NACIONAL

Projeto inclui micro e pequenas empresas inscritas no sistema na Lei do Contribuinte Legal
O Globo

BRASÍLIA — O Senado aprovou, nesta terça-feira, o projeto de lei que permite às micro e pequenas empresas inscritas no Simples Nacional a realizarem a negociação de débitos com a União com desconto de 70% e prazo de 145 meses para pagamento do débito. O texto precisa ser sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro para entrar em vigor.

O Simples é um sistema que unifica a cobrança de oito impostos. Além de seis tributos federais, engloba o ICMS, cobrado por estados, e o ISS, pelos municípios. Podem optar pelo regime empresas com faturamento de até R\$ 4,8 milhões.

Na prática, o projeto inclui essas empresas na Lei do Contribuinte Legal. Sancionada em abril, a medida prevê regras de incentivo à renegociação de dívidas tributárias. Os maiores benefícios são previstos para pessoas físicas, micro e pequenas empresas, Santas Casas, instituições de ensino e organizações não governamentais.

No caso de firmas maiores, o desconto é de 50% e o prazo de 84 meses. Os descontos incidem somente sobre multas, juros de mora e encargos legais.

Fonte : Jornal O Globo - RJ

Data : 15/07/2020

PRESIDENTE DA PETROBRAS DIZ NÃO TEMER PEDIDO DO CONGRESSO PARA SUSPENDER PRIVATIZAÇÃO DE REFINARIAS

Segundo executivo, toda transformação estrutural encontra oposição

Por Ramona Ordoñez e



<https://ogimg.infoglobo.com.br/economia/24261283-34e->

[f20/FT1086A/652/x84090296_BSBBrasiliaBrasil13-08-2019Comissao-de-Servicos-de-Infraestrutura-CI-do-Senado.jpg.pagespeed.ic.8kHwu-7lCq.jpg](https://ogimg.infoglobo.com.br/economia/24261283-34e-f20/FT1086A/652/x84090296_BSBBrasiliaBrasil13-08-2019Comissao-de-Servicos-de-Infraestrutura-CI-do-Senado.jpg.pagespeed.ic.8kHwu-7lCq.jpg)

Presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, reavalia projetos de médio e longo prazos da estatal Foto: Jorge William / Agência O Globo

RIO - O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, afirmou nesta terça-feira estar tranquilo em relação ao pedido de liminar feito pelo Congresso Nacional no Supremo Tribunal Federal (STF) para bloquear a venda de refinarias da companhia. Em videoconferência, o executivo ressaltou que o processo de venda dos ativos da companhia está sendo feito de forma transparente, com a fiscalização do Tribunal de Contas União (TCU), além do acordo firmado com o Cade.

Para Castello Branco, a venda de refinarias também é importante para evitar que ocorra como aconteceu no passado recente, a intervenção do governo federal nos preços dos combustíveis apesar de serem livres desde 2002.

- Estou minimizando riscos para a empresa. Embora os preços dos combustíveis sejam livres desde 2002, nós temos uma história de intervenção estatal na precificação de combustíveis. Na medida que tivermos vários competidores privados no mercado, o risco de intervenção será menor - destacou Castello Branco.

Segundo ele, toda transformação estrutural encontra oposição.

- Os beneficiários do "status quo" vão resistir, não tem a menor dúvida. Isso acontece a nível macro, a nível de uma empresa. Sempre vai haver pessoas descontentes que vão trabalhar para frustrar as reformas - destacou Castello Branco.

Ele destacou ainda que todos os processos de venda de ativos estão sendo realizados de acordo com a lei e com as regras em vigor, em benefício não só da empresa mas também do país. Castello Branco afirmou que o retorno em refinarias tende a ser mais baixo do que na exploração e produção de petróleo.

- Quando eu tiro dinheiro de algo que rende 6% ao ano e vou investir em algo que pode render 15% a 20% ao ano, eu estou fortalecendo a empresa. Não estou desmontando nem enfraquecendo a empresa. Então, nosso propósito continua firme e vamos em frente - destacou.

Castello Branco informou também que nas próximas semanas haverá novidades em relação à venda de ativos, acrescentando que os processos das oito refinarias continuam em andamento, em que pese que em alguns casos os prazos sofreram postergações, como a suspensão de visitas por conta da pandemia.

Castello Branco destacou que já iniciou as conversações com o fundo Mubadala para a compra da Refinaria Landulpho Alves (Rlam), na Bahia. E reafirmou que mais do que investir em fontes renováveis neste momento, a Petrobras prefere "limpar" a casa, com ações para reduzir as emissões de carbono em suas atividades.

Diesel renovável

Nesta terça, a companhia anunciou também o resultado positivo nos testes em escala industrial no desenvolvimento do chamado diesel renovável, que utiliza o óleo de soja. Segundo ele, o produto é mais limpo e com produtividade maior do que o biodiesel e a um custo mais baixo.

- Nós temos que aliar a transição energética com inovações tecnológicas que reduzam o custo para o investidor final. O seu sucesso só será mais rápido na medida em que ofereça ao consumidor final preços mais baixos, sem precisar da ajuda de governo, de muletas. Nossa opção foi não sair produzindo renováveis, já tivemos uma experiência ruim.

E acrescentou:

- Estamos gastando dinheiro com pesquisa, para quando entrarmos num negócio como esses termos condições de gerar valor e não perder dinheiro. A Petrobras perdeu bastante dinheiro nessa aventura se lançar produção óleo de dendê, óleo de mamona e de fazer pequenas plantas eólicas. Queremos propostas tangíveis e não sonhos que pode custar caro para todos - destacou Castello Branco.

Fonte : Jornal O Globo - RJ

Data : 15/07/2020

REFORMA TRIBUTÁRIA DE GUEDES INCLUI IMPOSTO SOBRE PAGAMENTOS ELETRÔNICOS COM ALÍQUOTA DE ATÉ 0,4%

Proposta em estudo é para tributar também transações do setor financeiro. Objetivo é desonerar folha de pagamento das empresas

Por *Manoel Ventura e Geralda Doça*



https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24534000-62f-b1e/FT1086A/652/x88656094_PABrasilia-30-06-2020-Auxilio-EmergencialCerimoniaCerimonia-de-Prorrogaao-do.jpg.pagespeed.ic.qaprJo9qO0.jpg

O ministro da Economia, Paulo Guedes Foto: Pablo Jacob / Agência O Globo

BRASÍLIA — O Ministério da Economia está finalizando a sua proposta de reforma tributária. O ministro Paulo Guedes deve insistir na criação de um imposto sobre transações financeiras,

segundo fontes que acompanham de perto as discussões na pasta.

A expectativa é que a proposta seja finalmente enviada ao Congresso até o fim deste mês. O presidente da Câmara quer retomar o debate sobre a reforma mesmo sem o plano do governo.

A abrangência do novo imposto está sendo discutida na equipe econômica. O plano de Guedes é atingir toda a base da economia digital e do comércio eletrônico.

Integrantes do governo também querem alcançar o sistema financeiro, tributando transações na Bolsa de Valores e com Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs).

A alíquota do imposto está sendo calculada e deve ficar entre 0,2% e 0,4% sobre cada transação. Isso vai depender da abrangência da desoneração de outro tributo.

A ideia não é nova, mas foi abandonada por Guedes no ano passado quando foi o presidente Jair Bolsonaro rejeitou propostas de impostos similares à antiga CPMF.

Na ocasião, o então secretário da Receita Federal, Marcos Cintra, perdeu o cargo. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), também já rejeitou a ideia e disse que dificilmente passaria no Congresso.

Agora, Guedes quer retomar o plano para reduzir os impostos sobre a folha de pagamento das empresas.

O objetivo é baratear o custo dos encargos trabalhistas para empregadores e, dessa forma, incentivar a geração de novas vagas na retomada da economia pós-coronavírus.

A desoneração da folha de pagamentos seria compensada por medidas com o imposto sobre transações financeiras.

Para isso, há duas alternativas sobre a mesa. Desonerar toda a folha de pagamentos ou criar faixas de desoneração. Poderiam ser desonerados a cobrança para o INSS de um ou dois salários mínimos, e o empresário pagaria apenas sobre o excedente.

A calibragem da alíquota do imposto sobre transações e do tamanho da isenção do tributo sobre a folha de salários vai depender das contas que estão sendo feitas pela equipe econômica.

Um técnico que participa da discussão disse que isso precisa ser feito com muito cuidado, porque uma alíquota mal calculada pode “quebrar” o Estado. O imposto sobre a folha é um dos principais tributos do governo federal. Por isso, a sua redução também poderia ser feita aos poucos.

A reforma tributária de Guedes também vai mexer em outros impostos. A ideia é unificar tributos os federais PIS/Cofins no Imposto sobre Valor Agregado (IVA). Isso desagradou ao setor de serviços, porque aumenta o imposto sobre quem tem a folha maior. Para isso, o governo argumenta que haverá redução da tributação sobre a folha de pagamentos.

O texto em discussão na equipe econômica também prevê a cobrança de imposto sobre lucros e dividendos, que hoje são isentos, mas com redução da alíquota do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica.

Os técnicos também discutem aumentar a faixa de isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física — hoje em R\$ 1.903,98 mensais. Mas reduzindo as deduções de saúde e educação, como contrapartida.

Empresários e parlamentares têm cobrado o governo a enviar sua proposta de reforma tributária rapidamente. Há cerca de um ano a Economia promete mandar a proposta, mas até agora isso não foi efetivado.

Agora, segundo integrantes do governo, a expectativa é que a proposta realmente siga para o Congresso ainda em julho, por conta da necessidade de gerar empregos e melhorar a situação do país para reaquecer a economia após o coronavírus.

Para o setor privado, é essencial a aprovação da medida para garantir a recuperação da economia brasileira, que vai registrar a pior recessão de sua história neste ano.

Guedes espera ter apoio do centrão, na Câmara, para aprovar o novo tributo. Líderes desse bloco de parlamentares já disseram que apoiariam um imposto sobre transações. E senadores também já sinalizaram que aceitariam uma “minirreforma” tributária.

No sábado, em reunião com Guedes, empresários da construção civil disseram que aceitam um imposto sobre transações como contrapartida para a redução na contribuição para o INSS.

Fonte : Jornal O Globo - RJ

Data : 15/07/2020

PRONAMPE: SENADO QUER DIRECIONAR MAIS R\$ 17 BILHÕES PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

Relator da MP 944 quer redirecionar os recursos que iriam para o financiamento da folha de pagamentos para o Pronampe

Por Gabriel Shinohara

BRASÍLIA — O senador Omar Aziz (PSD-AM), relator da Medida Provisória (MP) 944, que disponibiliza financiamento para pagamento de salários de pequenas e médias empresas, vai propor que metade dos R\$ 34 bilhões desta linha sejam transferidos para o Programa de Apoio às Empresas de Porte Pequeno (Pronampe).

A transferência dos R\$ 17 bilhões foi acordada com o governo, segundo o relator. Omar Aziz acredita que a mudança não terá problemas para ser aprovada na Casa na sessão marcada para esta quarta-feira.

— Acredito que não vai ter dificuldade, porque tudo que se trata da questão de facilitar a vida das empresas como o pagamento de folha, adquirir recursos para manter as empresas abertas, o Congresso tem facilitado bastante.

O Pronampe foi lançado no dia 11 de junho e dá garantia de R\$ 15,9 bilhões para bancos emprestarem recursos para pequenas e médias empresas. A procura tem sido alta. Segundo

dados do Ministério da Economia, R\$ 11,3 bilhões já foram concedidos. Na folha de pagamento, apenas R\$ 4,5 bilhões foram concedidos desde o início de abril.

No último dia 7, o secretário especial de Produtividade, Emprego e Competitividade, Carlos da Costa, mostrou preocupação que os recursos do Pronampe acabassem em breve pela alta procura.

O senador afirmou que ainda está analisando outras emendas propostas pelos senadores. Segundo ele, o ideal seria que o projeto fosse aprovado ainda nesta quarta-feira para que os deputados pudessem fazer uma nova avaliação na quinta-feira. A validade da MP acaba no fim do mês.

Uma das alterações que está sendo avaliada pelo relator e pelo governo é de ampliar o escopo de atendimento do financiamento de salários. A ideia é diminuir o piso de faturamento das empresas atendidas.

No projeto aprovado pela Câmara, o piso é de um faturamento anual de R\$ 360 mil e o relator analisa reduzir para R\$ 91 mil.

O projeto aprovado pela Câmara já trazia alterações na proposta original do governo. O texto amplia o teto de faturamento das empresas atendidas de R\$ 40 milhões para R\$ 50 milhões. Além disso, amplia de 2 para 4 meses de salários que poderiam ser pagos pelo financiamento.

Fonte : Jornal O Globo - RJ

Data : 15/07/2020

MP QUE FLEXIBILIZA LEI TRABALHISTA DURANTE A PANDEMIA PERDE A VALIDADE NA SEGUNDA-FEIRA

Segundo secretário especial de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco, os acordos já firmados continuarão valendo

Por Geralda Docia



https://ogimg.info globo.com.br/economia/24532940-165-647/FT1086A/652/x87574872_18-de-marco-de-2020-Coletiva-de-imprensa-da-equipe-economica-para-explicar-medidas-do-grupo.jpg.pagespeed.ic.2Z8QID7sVo.jpg

MP que flexibiliza lei trabalhista durante a pandemia vai perder validade na segunda-feira Foto: Gustavo Raniere / Agência O Globo

BRASÍLIA – O governo trabalha com a possibilidade de que a medida provisória (MP) 927, que flexibiliza a lei trabalhista durante a pandemia

do novo coronavírus, perca a validade na próxima segunda-feira por falta de tempo hábil de votação do Congresso.

Editada em 22 de março, a MP permite às empresas negociarem diretamente com os trabalhadores, sem a intermediação sindical, acordos sobre home office, antecipação de férias, feriados, banco de horas, além da dispensa de exames médicos ocupacionais. A proposta já tinha passado pela Câmara dos Deputados, mas travou no Senado.

Com a caducidade da MP, as empresas ficarão impedidas de fazer novas negociações individuais, só com a participação dos sindicatos da categoria.

O secretário especial de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco, destacou que os acordos já firmados continuarão valendo:

— Todos os empresários que já se valeram da 927 estão respaldados. Se perder a validade, tudo o que foi feito está absolutamente preservado.

Um dos motivos que emperrou a tramitação da MP foi a falta de acordo sobre a abrangência dos acordos individuais. Enquanto o texto aprovado na Câmara deixa em aberto o prazo de vigência, o parecer do relator, senador Irajá (PSD-TO), limita os acordos ao período de calamidade pública que termina em 31 de dezembro de 2020.

Além disso, o relator ampliou a suspensão do recolhimento do FGTS e da Previdência Social de três meses para o ano todo, o que desagradou a equipe econômica.

Diante da avaliação de que a MP já teria surtido os efeitos esperados, o governo não fez qualquer esforço para que proposta fosse votada pelo Senado na semana passada, já em cima do prazo. E nesta semana, as chances de concluir a votação nas duas Casas são ainda menores.

Fonte : Jornal O Globo - RJ

Data : 15/07/2020

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

UNIÃO DESEMBOLSA R\$ 5,5 BI NO 1º SEMESTRE PARA HONRAR DÍVIDAS DE GOVERNOS

O Tesouro Nacional precisou desembolsar R\$ 5,510 bilhões no primeiro semestre de 2020 para honrar débitos bancários não quitados pelos governos estaduais e municipais. A lista é encabeçada por Rio de Janeiro, com R\$ 2,043 bilhões, e Minas Gerais, com R\$ 1,931 bilhão. Um total de 14 das 27 Unidades da Federação deixaram de pagar algum compromisso com garantia da União desde o começo deste ano.

Apenas no mês passado, os desembolsos do Tesouro para cobrir dívidas não pagas pelos governos regionais chegou R\$ 1,262 bilhão. Os calotes de Minas Gerais somaram R\$ 640,96 milhões em junho. O Rio Grande do Norte não honrou o pagamento de R\$ 49,79 milhões e o governo do Maranhão não pagou uma parcela de R\$ 3,98 milhões. O Tesouro ainda honrou uma dívida de R\$ 3,76 milhões da prefeitura de Chapecó

Já os débitos não pagos pelo Estado do Rio de Janeiro chegaram a R\$ 564,21 milhões no mês passado. O governo fluminense está autorizado a não honrar esses compromissos na condição de único a ter feito a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) dos Estados desde 2017.

O Tesouro lembrou que a União está impedida de executar as contragarantias - ou seja, sequestrar parte dos repasses de receitas - de diversos Estados que obtiveram liminares no Supremo Tribunal Federal (STF) nos últimos dois anos. "Os valores honrados no ano aumentaram a necessidade de financiamento da dívida pública federal", acrescentou o órgão.

Além disso, o pacote de ajuda financeira aos governos regionais aprovado pelo Congresso Nacional em maio também suspendeu o pagamento de dívidas com a União e com os bancos públicos até o fim deste ano.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 15/07/2020

CABOTAGEM, SETOR ELÉTRICO, GÁS NATURAL E PETRÓLEO SERÃO DESTRAVADOS, DIZ GUEDES

O ministro da Economia, Paulo Guedes, agradeceu nesta quarta-feira, 15, à Câmara e ao Senado pela aprovação do Novo Marco Legal do Saneamento e sinalizou que agora outros projetos prioritários para a retomada do crescimento do País poderão ser acelerados no Congresso. "Temos um Congresso reformista, nossa equipe trabalha junto", disse Guedes durante a cerimônia em que o presidente Jair Bolsonaro sancionou o texto, com vetos. "Vamos destravar agora cabotagem, setor elétrico, gás natural e petróleo", completou o ministro.

A nova lei do setor abre espaço para a iniciativa privada atuar com mais força na exploração dos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto.

Aprovado pelo Senado no final de junho, o marco é apontado como instrumento crucial para a recuperação econômica pós-pandemia do novo coronavírus. "Esperamos de R\$ 600 bi a R\$ 700 bi em investimentos em saneamento nos próximos anos", comentou Guedes.

Também presentes ao evento, os ministros do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, e do Meio Ambiente, Ricardo Salles, destacaram a importância da nova legislação.

"O Marco do Saneamento dá perspectiva de universalização concreta, real e efetiva", disse Marinho. "Temos carteira de mais de R\$ 50 bi pronta para ser oferecida ao setor privado".

O ministro aproveitou para anunciar que o primeiro leilão na área deve ser em Alagoas e já em setembro. "Meta é chegar a 2033 com universalização de 90% em esgoto e 99% em água potável", afirmou, lembrando um dos objetivos contidos na lei.

Salles, por sua vez, pontuou que a previsão do novo marco é que os lixões se encerrem até 2024.

Os ministros participaram da cerimônia no Palácio do Planalto e o presidente Bolsonaro marcou presença por videoconferência.

Ele está em isolamento no Palácio da Alvorada se recuperando da infecção de covid-19.

Marinho deu a palavra ao ministro interino da Saúde, Eduardo Pazuello, para falar da importância do marco para a saúde, mas Pazuello preferiu não discursar.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 15/07/2020

BOLSONARO SANCIONA MARCO DO SANEAMENTO, MAS VETA RENOVAÇÃO POR MAIS 30 ANOS DE CONTRATOS DE ESTATAIS

Texto foi aprovado pelo Congresso em junho; artigo que daria sobrevida aos contratos das empresas estaduais públicas foi importante para projeto vencer forte resistência de algumas bancadas, principalmente a do Nordeste

Por Amanda Pupo e Anne Warth, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - O presidente Jair Bolsonaro sancionou nesta quarta-feira, 15, o novo marco legal do saneamento e vetou do texto um artigo que daria sobrevida aos contratos das empresas estaduais públicas de saneamento, apesar de um apelo feito pelos governadores na terça-feira 14, segundo a assessoria de imprensa do Planalto.

O trecho barrado por Bolsonaro autorizava que as estatais renovassem por mais 30 anos os contratos de programa (sem licitação) atuais e vencidos, desde que isso ocorresse até março de 2022. O prazo também valeria para formalização das "situações de fato", quando há prestação de serviço sem contrato assinado.

O artigo, inserido durante as discussões do novo marco legal na Câmara, foi importante para o novo marco legal vencer forte resistência de algumas bancadas, principalmente a do Nordeste. Enquanto o texto ainda estava na comissão especial da Câmara, o prazo para que as estatais renovassem esses contratos era de apenas um ano - o que desagradava os governadores.

Essa sobrevida aos contratos, agora barrada, é considerada importante para as estatais porque o novo marco legal proíbe que novos contratos sem licitação sejam fechados. Agora, a concorrência será uma regra no setor, o que vai de encontro ao domínio das empresas públicas nesse mercado.

Em carta assinada por 16 governadores e enviada a Bolsonaro na terça, os chefes dos Executivos estaduais destacaram que o artigo foi fruto de acordo durante a tramitação do texto no Congresso. Segundo eles, a renovação dos contratos possibilita o "tempo necessário" para a conclusão dos projetos de infraestrutura em andamento pelas empresas, e amortização gradual dos investimentos. Eles alegaram que, se o trecho fosse vetado, haveria insegurança jurídica e ações judiciais que "podem estagnar o setor".

Em nota divulgada para a imprensa, o Planalto alegou que o artigo posterga soluções para os impactos ambientais e de saúde pública decorrentes da falta de saneamento básico e da gestão inadequada da limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

"Ademais, os dispositivos foram vetados por estarem em descompasso com os objetivos do novo marco legal do saneamento básico, que orientam a celebração de contratos de concessão, mediante prévia licitação, estimulando a competitividade da prestação desses serviços com eficiência e eficácia, o que por sua vez contribui para melhores resultados.

Segundo o ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, o governo vetou 11 trechos do novo marco do saneamento, mas não detalhou os itens barrados.

Licitação também para resíduos sólidos e drenagem

Bolsonaro também vetou artigo do novo marco legal do saneamento que desobrigava a licitação para serviços de resíduos sólidos e drenagem, segundo assessoria de imprensa da Presidência. O veto é parte de um acordo do governo com o Senado. Da forma como foi aprovado pelo Congresso, o novo marco só obrigaria a concorrência para os serviços de água e esgoto, o que gerou forte reação das empresas privadas que trabalham com resíduos sólidos.

Como mostrou a Coluna do Broadcast, a indignação com o trecho do marco, agora barrado, ganhou ainda mais força após a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) fechar no início do mês um contrato para tratar resíduos sólidos em Diadema (SP). O negócio tem prazo de 40 anos.

De acordo com presidente-executivo da Associação Brasileira de Empresas de Tratamento de Resíduos e Efluentes (Abetre), Luiz Gonzaga, o setor de resíduos sólidos é dominado há anos por empresas privadas e pela livre concorrência, com quase "zero influência" de companhias públicas.

Ele alegou que as empresas públicas não têm nenhuma expertise na área. Por isso, disse ele, não faz sentido que a lei traga essa desobrigação. "Se não é bom (contrato sem licitação) para água e esgoto, por que tem que ser para resíduos e drenagem?", questionou.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 15/07/2020

GOVERNO JÁ VÊ R\$ 51 BI PARA SANEAMENTO

Valor corresponde a projetos prontos para setor que podem ser oferecidos ao mercado, afirma ministro do Desenvolvimento Regional

O Estado de S. Paulo 15 Jul 2020



<https://i.prcdn.co/img?regionKey=4futGdh6Un5JwE2Rimu52Q%3d%3d>

Foco. O ministro Rogério Marinho diz que projetos na área de saneamento terão 'sintonia' com preocupação ambiental

Em um momento de forte pressão de investidores internacionais e empresários nacionais por uma agenda com foco no meio ambiente e um combate firme ao desmatamento na Amazônia, o ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério

Marinho, afirmou ao Estadão/Broadcast que as concessões que serão feitas após a aprovação do novo marco do saneamento estarão em "completa e total sintonia" com a preocupação ambiental. Ele sinalizou ainda com novas ações do governo na direção da preservação do meio ambiente e da segurança hídrica.

Segundo Marinho, já há quase R\$ 51 bilhões em projetos prontos para serem colocados no mercado na área de saneamento, e a expectativa com o novo marco legal no setor é ter de R\$ 40 bilhões a R\$ 50 bilhões de investimentos ao ano.

"Eu não vejo nada mais a favor do meio ambiente do que saneamento básico. Se há essa dificuldade, você consegue ir ao encontro dessa ansiedade de quem é investidor fora do Brasil", afirma. "Nós estamos oferecendo um produto que vai ao encontro dessas necessidades e aspirações dos investidores. É uma completa e total sintonia", acrescenta o ministro.

O novo marco legal do saneamento será sancionado hoje pelo presidente Jair Bolsonaro. A partir dele, as companhias terão contratos de concessão e metas de universalização para o acesso à água potável e esgoto tratado.

Segundo Marinho, a aprovação do marco legal pelo Congresso Nacional tem despertado o interesse de investidores estrangeiros. O ministro disse já ter conversado com interlocutores da Coreia do Sul, Cingapura, Arábia Saudita, Alemanha, Holanda, Itália, Espanha, Portugal, Estados Unidos, Canadá, Israel e Japão. "Sem nenhuma exceção, todos demonstraram não só interesse, mas curiosidade, vontade de participar", diz.

Com a possibilidade de participação do setor privado nos investimentos, a expectativa de Marinho é que o ganho de eficiência seja capaz de assegurar o retorno aos investidores sem aumento de tarifas. Isso porque, hoje, as perdas são significativas - em média, 38% da água potável não chega ao consumidor final, o equivalente a uma perda R\$ 10 bilhões. "Há inclusive a possibilidade de que haja redução da tarifa em alguns casos", afirma.

O ministro diz ainda que pretende lançar nos próximos 60 dias um programa de revitalização de bacias hidrográficas para melhorar a qualidade da água e recuperar rios afetados pela ocupação desordenada ou despejo de esgoto sem tratamento. Segundo ele, o plano inicial vai mirar nas bacias do São Francisco, do Parnaíba, do Tocantins-Araguaia e do Taquari. Marinho, porém, não antecipou quais valores serão destinados às ações.

Minha Casa. O Ministério do Desenvolvimento Regional já finalizou a medida provisória que lançará o substituto do Minha Casa, Minha Vida. Como antecipou o Estadão/Broadcast, o novo programa habitacional do governo - que se chamará Casa Verde Amarela - terá como um dos focos a regularização e titularização de moradias hoje sem registro e que muitas vezes precisam de melhorias.

Segundo Marinho, há hoje de 10 milhões a 12 milhões de habitações regularizáveis no País, mas o alcance do programa ainda vai depender de disponibilidade de recursos. Uma parte delas serão beneficiadas com reformas, como construção de um banheiro, colocação de telhado, piso, entre outras melhorias avaliadas caso a caso.

O ministro explicou que a pasta ainda está definindo os parâmetros do programa e vai buscar parcerias com prefeituras para localizar as famílias elegíveis. Outras ações do Casa Verde Amarela são a redução de juros de financiamento para as famílias hoje contempladas pelas faixas 1,5, 2 e 3 do Minha Casa e uma menor remuneração à Caixa como agente operador. Só a redução dos juros, segundo Marinho, permitiria que mais de um milhão de famílias fora do sistema habitacional possam ingressar nos financiamentos.

Em abril, Marinho virou alvo de críticas do ministro da Economia, Paulo Guedes, por defender maior impulso nos investimentos públicos para a retomada da atividade no pós-pandemia por meio do chamado Plano Pró-Brasil. Agora, próximo da divulgação do plano, ele busca deixar claro seu compromisso com a responsabilidade fiscal. Segundo o ministro do Desenvolvimento

Regional, o Pró-Brasil deve ser concluído ainda este mês e o capital privado será um fator essencial.

"O que tem de ficar claro é que a política de responsabilidade fiscal está intacta dentro do cerne do governo e das discussões que estamos tendo internamente", diz.

Natural do Rio Grande do Norte, Marinho, que é ex-deputado federal, elogiou a aproximação do presidente Jair Bolsonaro com o bloco de partidos do Centrão e disse que foi um "movimento inteligente" do governo para conseguir apoio às suas principais iniciativas no Congresso Nacional.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 15/07/2020

PAÍS CONTINUA 'PORTO SEGURO' PARA INVESTIMENTOS, AFIRMA MINISTÉRIO

Nota da Secretaria de Política Econômica rebate queda de entrada de recursos como represália a desmate

Por Eduardo Rodrigues / BRASÍLIA



<https://i.prcdn.co/img?regionKey=EXYMhdKj1pg6dlbLFWu4aw%3d%3d>

Sem desmate? Nota da Secretaria de Sachsida diz que País preserva o meio ambiente

Com a política ambiental do governo sob ataque político e alvo de críticas de investidores internacionais, a Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia divulgou nota ontem tentando mostrar que o ingresso de recursos

estrangeiros no País não está em risco.

"Recentemente, algumas críticas sem base nos dados têm ganhado espaço nos noticiários e veículos de imprensa. Uma versão particularmente danosa dessas críticas associa a intensificação das queimadas e do desmatamento com possível redução do fluxo de investimentos externos direcionados ao Brasil", argumenta o documento elaborado órgão, comandado por Adolfo Sachsida.

A nota da SPE faz duas alegações principais: o Brasil estaria entre os países que mais preservam o meio ambiente no mundo, ao mesmo tempo em que tem sido um "porto seguro e um destino importante" para o fluxo de investimentos diretos estrangeiros.

A secretaria argumenta que a entrada de Investimentos Diretos no País (IDP) cresceu 26% no ano passado, chegando a US\$ 75 bilhões. O valor é equivalente a 4,3% do Produto Interno Bruto (PIB) e, segundo a SPE, é proporcionalmente superior ao montante de investimentos recebidos pela "vasta maioria dos países".

O documento traz ainda gráficos com dados da Organização das Nações Unidas (ONU) que mostram que o Brasil é responsável por 12% da área de vegetação original preservada no mundo (sem considerar a Antárti

• da), ficando apenas atrás da Rússia. O órgão diz ainda que a área intocada no Brasil é superior à soma das áreas preservadas nos Estados Unidos e Austrália.

"Quase 60% do território brasileiro encontra-se preservado contra aproximadamente 35% de Canadá e Estados Unidos. A área preservada no Brasil é quase três vezes superior à média mundial", acrescenta a nota.

A SPE usa ainda dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) que apontariam a redução nos focos de queimadas em todo o território brasileiro entre 1.º de janeiro e 12 de julho de 2020, ante o mesmo período de 2019. Nessa mesma comparação, houve aumento de focos, por exemplo, na Argentina e na Colômbia.

A SPE omite, porém, que os dados do próprio INPE mostram que o desmatamento apenas na Amazônia brasileira em junho foi o maior dos últimos cinco anos. Alertas feitos pelo sistema Deter indicam a perda de 1.034,4 km² no mês de junho, alta de 10,65% em relação a junho do ano passado. Em apenas um mês, foi derrubado o equivalente à área da cidade de Belém (Pará).

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 15/07/2020

ECONÔMICO
Valor

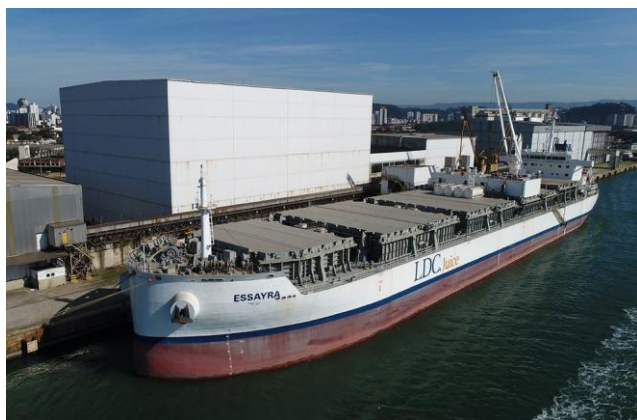
Informação que vira dinheiro.

VALOR ECONÔMICO (SP)

LDC INVESTE EM NAVIOS DE EXPORTAÇÃO DE SUCO

LDC investe em navios de exportação de suco Empresa gasta US\$ 40 milhões para adaptar duas novas embarcações para o transporte do produto

Por Fernando Lopes — De São Paulo 15/07/2020



[https://s2.glbimg.com/OyYGzsZEQK25gsn-hjINfPh4pPk=/984x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/s/l/Lkzkv2RQKydwDJ4mvXQ/foto15agr-101-ldc-b7.jpg](https://s2.glbimg.com/OyYGzsZEQK25gsn-hjINfPh4pPk=/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/s/l/Lkzkv2RQKydwDJ4mvXQ/foto15agr-101-ldc-b7.jpg)

Um dos dois novos navios para o transporte de suco de laranja da LDC, o Essayra deverá começar a operar esta semana — Foto: Divulgação

A multinacional francesa Louis Dreyfus Company (LDC), terceira maior exportadora de suco de laranja brasileiro, acaba de investir

cerca de US\$ 40 milhões para adaptar dois navios novos para o transporte da bebida pronta para beber (NFC) e concentrada e congelada (FCOJ).

Segundo Murilo Parada, CEO da LDC no Brasil e head global do negócio de sucos da companhia, cuja produção é concentrada no país, explica que esses navios estão substituindo três embarcações usadas nas últimas décadas. Desses, um carregava apenas suco e outros dois trabalhavam com a bebida e também com cargas a granel.

Como é comum no segmento, os novos navios não são de propriedade da LDC. Pertencem à sueca Wisby, e o contrato de uso exclusivo pela múlti europeia, apenas para o transporte de suco, tem prazo de 25 anos.

Segundo a empresa, as embarcações, muito mais modernas do que as três que vinham sendo utilizadas, somam, juntas, uma capacidade 20% maior. Também são mais velozes, consomem 40% menos combustível e suas emissões de enxofre por tonelada de produto transportado são 85% mais baixas.

“Com isso, vamos ganhar competitividade. O custo do frete vai cair, o que é muito importante do caso do NFC”, afirmou Parada ao Valor. Como não é concentrado, o NFC, cuja demanda global cresce em ritmo mais acelerado que a do FCOJ, ocupa nos navios um espaço quase seis vezes maior.

Para cumprir sua missão, os navios, originalmente graneleiros, foram “ajustados”. Na China, foram modificados para receber os tanques de suco, e em Portugal foi feita a transferência de 30 dos 32 tanques que estavam nas três embarcações antigas, alguns com capacidade para 1,2 mil toneladas e a maioria para 1,7 mil toneladas.

No porto de Santos (SP, finalmente, foram realizados os investimentos em automação necessários para a partida dos navios. Um deles, o “Essayra”, fará sua estreia na logística do suco de laranja ainda esta semana.

Com os aportes realizados, disse Parada, a LDC reforçará ainda mais as exportações de NFC, que passarão a representar mais da metade dos embarques totais de suco da companhia. Os navios também escoarão as vendas de suco de limão pronto para beber da múlti, além de outros produtos especiais da área citrícola.

Além dos ganhos no front operacional, as novas embarcações também servirão para a LDC reduzir o impacto ambiental do transporte da bebida, em linha com outras metas estabelecidas nos diversos segmentos nos quais a empresa atua - Com receita líquida anual de cerca de US\$ 35 bilhões, é a letra “D” do grupo de grandes tradings agrícolas globais conhecido como “ABCD”, que também inclui as americanas ADM, Bunge e Cargill.

Outra ação “sustentável” de peso da Dreyfus no negócio de sucos, lembrou Parada, foi a assinatura, no último ano, de um contrato de “financiamento verde” no valor de US\$ 250 milhões com um consórcio de bancos de diversos países com taxas vinculadas a desempenho ambiental e de segurança.

Ainda nessa seara, elencou o executivo, a LDC estabeleceu como metas globais a redução de 5% em seus indicadores de emissões de CO2, de consumo de energia, de uso de água e de envio de resíduos sólidos a aterros sanitários entre 2018 e 2022

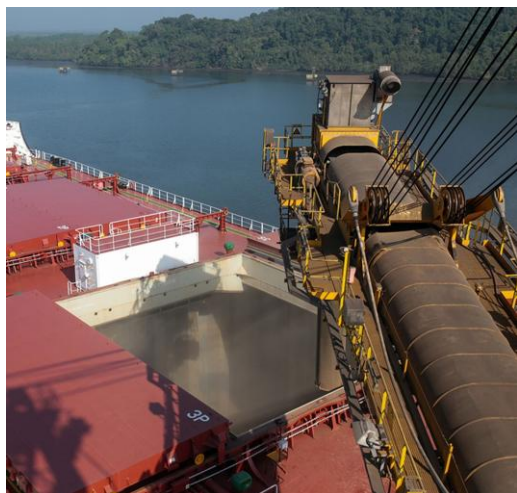
Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 15/07/2020

IMPORTAÇÃO CHINESA DE SOJA SEGUE FIRME

Volume superou 11 milhões de toneladas em junho, um novo recorde mensal

Por Fernanda Pressinott — De São Paulo



[https://s2.glbimg.com/RDh9TVoi1e1B8jLtXV2gH-fpbL4=/984x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/B/F/f4h2opQdSAYIKIAWHePQ/foto15agr-301-soja-b8.jpg](https://s2.glbimg.com/RDh9TVoi1e1B8jLtXV2gH-fpbL4=/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/B/F/f4h2opQdSAYIKIAWHePQ/foto15agr-301-soja-b8.jpg)

Segundo analistas, compras podem atingir 10 milhões de toneladas em julho — Foto: Patrícia Monteiro/Bloomberg

As importações chinesas de soja alcançaram o recorde mensal de 11,16 milhões de toneladas em junho, segundo informações da agência Reuters baseadas em dados do serviço aduaneiro do país. Em relação a maio, houve crescimento de 19%, e na comparação com junho de 2019 o volume foi 71% superior.

Boa parte das compras voltou a ser originada no Brasil. A China intensificou as importações do grão brasileiro a partir de março, depois de uma melhora do clima e em linha com a normalização das operações em seus portos.

“A soja brasileira estava barata e as margens de processamento em junho ficaram realmente boas. Assim, processadores [chineses] agendaram um monte de cargas”, disse Xie Hullian, analista da consultoria agrícola Cofeed, à Reuters.

“Processadores assinaram muitos contratos com consumidores finais e realizaram pré-vendas de um volume grande de farelo, para travar os lucros”, acrescentou. Indústrias de soja da China, que no início do ano tiveram que parar operações devido à redução da oferta do grão, agora já sofrem com excesso de estoques.

Ainda assim, as importações neste mês deverão continuar acima dos níveis normais e superar 9 milhões de toneladas, segundo fontes de mercado. “As importações em julho devem atingir 10 milhões de toneladas, com a maior parte dos carregamentos vindo do Brasil”, afirmou a analista Monica Tu, da Shanghai JC Intelligence, à Reuters.

De acordo com a consultoria Agricensus, os chineses acertaram a compra de 16 carregamentos de soja na semana passada, oito ou nove dos EUA e o restante do Brasil, já referentes a contratos para entrega na safra 2020/21.

Segundo a consultoria, foi o maior volume semanal importado por esmagadores chineses desde meados de junho do ano passado.

Matéria sobre importação brasileira de soja paraguaia disponível em www.valor.com.br/agro

Fonte: *Valor Econômico* - SP

Data : 15/07/2020

PPSA TENTA ANTECIPAR ACORDO SOBRE BÚZIOS

PPSA tenta antecipar acordo sobre Búzios Estatal representa os interesses da União e negocia com Petrobras e chinesas sua coparticipação no campo gigante

Por *Rodrigo Polito* — Do Rio 15/07/2020



[https://s2.glbimg.com/iPN9IzwyI5uU1bFysPGTWREe4kE=/984x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/5/k/qiv7kASziFNqtqQuL89Q/foto15emp-101-ppsa-b4.jpg](https://s2.glbimg.com/iPN9IzwyI5uU1bFysPGTWREe4kE=/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/5/k/qiv7kASziFNqtqQuL89Q/foto15emp-101-ppsa-b4.jpg)

“É interesse da União, da Petrobras e das empresas chinesas que esse acordo seja assinado ainda este ano”, afirma Eduardo Gerk, presidente da PPSA — Foto: Leo Pinheiro/Valor

A Pré-sal Petróleo (PPSA), estatal que representa os interesses da União nos contratos de partilha de produção no polígono do pré-sal, espera antecipar para este ano o fechamento do acordo de coparticipação no campo gigante de Búzios, no pré-sal da Bacia de Santos, com a Petrobras e as chinesas CNOOC e CNODC. Com a antecipação do acordo, cujo prazo para ser assinado vai até setembro do próximo ano, a União terá acesso à produção na área já em 2020.

“Estamos trabalhando para que aconteça [a assinatura] do acordo este ano ainda. É interesse da União, da Petrobras e das empresas chinesas que esse acordo seja assinado ainda este ano”, afirmou o presidente da PPSA, Eduardo Gerk, ao Valor. “Esse ingresso de Búzios é bastante significativo no resultado da PPSA”.

De acordo com cálculos da estatal, imediatamente após o acordo de coparticipação, 1% da produção de Búzios já será considerada óleo lucro da União. Esse montante será acumulado e, em seguida, comercializado em cargas.

Segundo maior campo em produção no país, atrás apenas do campo gigante de Lula, também no pré-sal da Bacia de Santos, Búzios produz cerca de 600 mil barris de óleo equivalente (boe) diários de óleo e gás, por meio de quatro navios-plataformas (FPSOs).

Em novembro do ano passado, consórcio formado por Petrobras (90%), CNOOC (5%) e CNODC (5%) arrematou os excedentes da cessão onerosa relativos ao campo de Búzios. O negócio envolveu o pagamento de bônus de assinatura no valor de R\$ 68,194 bilhões e 23,24% de excedente em óleo para a União.

Com a negociação da área, tornou-se necessário o acordo de coparticipação com a PPSA, que cuidará dos direitos da União no campo. A expectativa, com base nos dados atuais de Búzios, é

que o campo renda à União 6 mil boe/dia. No entanto, de acordo com planos da Petrobras, a ideia é instalar mais seis FPSOs na área, o que ampliará o volume de óleo e gás para a União.

Tudo indica que Búzios será o quarto contrato de partilha em produção no país. Os outros três são Mero, Entorno de Sapinhoá e Sudoeste de Tartaruga Verde. De acordo com Gerk, apenas esses três contratos já renderam à União R\$ 4,5 bilhões, de 2018 até o fim do primeiro semestre deste ano. O montante considera R\$ 2,31 bilhões relativos a comercialização de óleo e gás e equalização de gastos e volumes, além de participações governamentais e recolhimento de impostos.

A comercialização do óleo da União dos contratos em produção é feita hoje pela Petrobras. Para os volumes futuros, a PPSA estuda algumas alternativas. Entre elas estão a negociação da extensão de um contrato com a petroleira, a realização de um leilão específico para venda de cargas da União ou uma licitação para a contratação de um agente comercializador. A expectativa, segundo Gerk, é ter uma definição sobre o assunto até o fim de setembro.

Em outra frente, a PPSA está discutindo com a Petrobras os detalhes dos campos de Atapu e Sépia e o valor da compensação a ser paga à petroleira por investimentos já realizados nas duas áreas. O objetivo é reduzir as incertezas relativas aos dois campos, fator tido como decisivo para a ausência de interesses pelas áreas no leilão de novembro do ano passado.

“Estamos trabalhando muito fortemente em modelagem econômica para a determinação da compensação e das participações para Sépia e Atapu, para viabilizar o leilão no ano que vem”, disse ele.

Com relação à pandemia de covid-19, o executivo disse que, de forma geral, a força de trabalho da estatal se adaptou bem ao teletrabalho. Mesmo nessas condições, a companhia mantém os ritmos de reuniões. Nesta semana, por exemplo, o executivo participou de reunião virtual com o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque. Segundo Gerk, o encontro foi uma reunião de rotina, em que a estatal mantém a pasta atualizada das ações em curso.

Questionado sobre os rumores de um plano do governo para privatizar a PPSA, o executivo disse não ter nada a comentar sobre o assunto. Ele afirmou ainda que o tema não foi discutido na reunião com Albuquerque nesta semana.

“Não tenho nada a falar [sobre privatização]. Não somos fazedores de política pública”, afirmou Gerk. Ele lembrou, porém, que a propriedade do óleo lucro do contrato de partilha é da União, e não da PPSA.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 15/07/2020

CAMPO DE BÚZIOS DA PETROBRAS BATE NOVO RECORDE DE PRODUÇÃO

Segundo a estatal, novos recordes de produção são de 674 mil barris de óleo por dia (bpd) e 844 mil barris de óleo equivalente por dia (boed)

Por Raquel Brandão, Valor — São Paulo



[https://s2.glbimg.com/AvvZOkRynk19j575ia1Uh1f6KLo=/0x0:600x450/924x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/N/I/Dd5eo1SQakpLCmWoX83A/plataforma-p75-no-campo-de-buzios-pre-sal-bacia-santos.png](https://s2.glbimg.com/AvvZOkRynk19j575ia1Uh1f6KLo=/0x0:600x450/924x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/N/I/Dd5eo1SQakpLCmWoX83A/plataforma-p75-no-campo-de-buzios-pre-sal-bacia-santos.png)

Foto : Divulgação/Petrobras

A Petrobras informou na noite desta terça-feira (14) que a produção das plataformas do campo de Búzios, no pré-sal da Bacia de Santos, alcançou, na segunda (13), novos recordes de produção.

As plataformas obtiveram produção de 674 mil barris de óleo por dia (bpd) e 844 mil barris de óleo equivalente por dia (boed), segundo a estatal.

O campo de Búzios, descoberto em 2010, é o maior campo de petróleo em águas profundas do mundo. “É um ativo de classe mundial, com reservas substanciais, baixo risco e baixo custo de extração”, diz a companhia, em nota.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 15/07/2020



SOPESP NOTÍCIAS - SP

PORTO DE SANTOS BATE RECORDE EM JUNHO E NO SEMESTRE

Por Santos Port Authority (15 de julho de 2020)



[https://sopesp.com.br/wp-](https://sopesp.com.br/wp-content/uploads/2020/07/pdzsite-01.jpg)

[content/uploads/2020/07/pdzsite-01.jpg](https://sopesp.com.br/wp-content/uploads/2020/07/pdzsite-01.jpg)

Movimentação mensal cresce 6,2% e atinge 12,3 milhões de toneladas

O Porto de Santos registrou em junho o 5º recorde consecutivo mensal ao movimentar 12,3 milhões de toneladas, alta de 6,2% sobre igual período de 2019. O resultado foi impulsionado pelo bom desempenho dos embarques, que avançaram 14,6%, para 9,4 milhões de toneladas, puxados

especialmente pelas exportações de commodities agrícolas, o que compensou o recuo de 14,3% nos desembarques no mês.

Entre os embarques, destaque para o complexo soja, cujas exportações aumentaram 54,8%, para 3,9 milhões de toneladas, e para os embarques de açúcar, que saltaram 58,6%, para 2 milhões de toneladas. Outra carga que teve bom desempenho em junho foi a celulose, com alta de 26,2%, para 492,7 mil toneladas.

Já a movimentação de contêineres medida em TEU (unidade padrão de um contêiner de 20 pés) recuou 13,5%, para 309 mil TEU, refletindo o impacto da pandemia nas trocas comerciais internacionais. Movimento que ainda não foi suficiente para afetar o comportamento da carga no primeiro semestre. No acumulado do ano, foram movimentados 2 milhões TEU, avanço de 4,3% na comparação com igual período de 2019.

“Os bons números do Porto refletem a pujança do agronegócio e o efeito favorável do câmbio para as exportações. No acumulado do ano, também o contêiner, que movimenta as cargas de maior valor agregado e as mais afetadas pela pandemia, registra avanço importante. Isso não seria possível sem os ganhos de eficiência que o Porto vem apresentando a partir dos investimentos na infraestrutura pública, pela SPA, e privada, pelos terminais”, disse Fernando Biral, presidente da Santos Port Authority (SPA).

No cômputo geral de cargas do primeiro semestre, o Porto também bateu recorde ao atingir a marca histórica de 70,3 milhões de toneladas, avanço de 10,6% sobre janeiro-junho de 2019, resultado das altas de 13,9% e de 2,6% das exportações e importações, respectivamente.

Entre os destaques, estão o aumento de 40% nos embarques de açúcar, para 8,7 milhões de toneladas; de 27% no complexo soja, para 22,8 milhões de toneladas; e de 17,7% na celulose, para 2,8 milhões de toneladas.

Na mão inversa, cresceram os desembarques de adubos, com 2,7 milhões de toneladas, alta de 30,2%, e óleo diesel e gasóleo, com 1,4 milhão de toneladas, crescimento de 30,1%.

Em junho, o número de navios atracados somou 398, ligeiramente (-1%) inferior na comparação anual. No semestre, chegou a 2,3 mil embarcações, aumento de 1,4%.

Fonte: SOPESP NOTÍCIAS – SP

Data : 15/07/2020

EMBARQUES DE SOJA CRESCEM 54,8% E PORTO DE SANTOS BATE RECORDE DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS

Por Comex do Brasil (15 de julho de 2020)



<https://sopesp.com.br/wp-content/uploads/2020/07/Porto-de-Santos-Porto-Santos-2020-1.jpg>

Santos (SP) – O Porto de Santos registrou em junho o 5º recorde consecutivo mensal ao movimentar 12,3 milhões de toneladas, alta de 6,2% sobre igual período de 2019. O resultado foi impulsionado pelo bom desempenho dos embarques, que avançaram 14,6%, para 9,4 milhões de toneladas, puxados especialmente pelas exportações de commodities agrícolas, o que compensou o recuo de 14,3% nos

desembarques no mês.

Entre os embarques, destaque para o complexo soja, cujas exportações aumentaram 54,8%, para 3,9 milhões de toneladas, e para os embarques de açúcar, que saltaram 58,6%, para 2 milhões de toneladas. Outra carga que teve bom desempenho em junho foi a celulose, com alta de 26,2%, para 492,7 mil toneladas.

Já a movimentação de contêineres medida em TEU (unidade padrão de um contêiner de 20 pés) recuou 13,5%, para 309 mil TEU, refletindo o impacto da pandemia nas trocas comerciais internacionais. Movimento que ainda não foi suficiente para afetar o comportamento da carga no primeiro semestre. No acumulado do ano, foram movimentados 2 milhões TEU, avanço de 4,3% na comparação com igual período de 2019.

“Os bons números do Porto refletem a pujança do agronegócio e o efeito favorável do câmbio para as exportações. No acumulado do ano, também o contêiner, que movimenta as cargas de maior valor agregado e as mais afetadas pela pandemia, registra avanço importante. Isso não seria possível sem os ganhos de eficiência que o Porto vem apresentando a partir dos investimentos na infraestrutura pública, pela SPA, e privada, pelos terminais”, disse Fernando Biral, presidente da Santos Port Authority (SPA).

No cômputo geral de cargas do primeiro semestre, o Porto também bateu recorde ao atingir a marca histórica de 70,3 milhões de toneladas, avanço de 10,6% sobre janeiro-junho de 2019, resultado das altas de 13,9% e de 2,6% das exportações e importações, respectivamente.

Entre os destaques, estão o aumento de 40% nos embarques de açúcar, para 8,7 milhões de toneladas; de 27% no complexo soja, para 22,8 milhões de toneladas; e de 17,7% na celulose, para 2,8 milhões de toneladas.

Na mão inversa, cresceram os desembarques de adubos, com 2,7 milhões de toneladas, alta de 30,2%, e óleo diesel e gasóleo, com 1,4 milhão de toneladas, crescimento de 30,1%.

Em junho, o número de navios atracados somou 398, ligeiramente (-1%) inferior na comparação anual. No semestre, chegou a 2,3 mil embarcações, aumento de 1,4%.

Fonte: SOPESP NOTÍCIAS – SP

Data : 15/07/2020



G1 – O PORTAL DE NOTÍCIAS DO GLOBO

BOLSONARO SANCIONA COM VETOS NOVO MARCO LEGAL DO SANEAMENTO BÁSICO

Nova lei facilita participação da iniciativa privada no setor e tem como meta universalizar acesso ao saneamento básico. Ministério da Economia espera investimentos de até R\$ 700 bilhões.

Por Guilherme Mazui e Paloma Rodrigues, G1 — Brasília

O presidente Jair Bolsonaro sancionou nesta quarta-feira (15) o novo marco legal do saneamento básico. Bolsonaro fez 11 vetos em trechos do texto aprovado pelo Congresso.

A nova lei visa ampliar a presença do setor privado na área. Atualmente, o saneamento é prestado majoritariamente por empresas públicas estaduais. O novo marco legal tenta aumentar a concorrência.

O texto aprovado pelo Congresso tem, entre outros objetivos, universalizar o saneamento (prevendo coleta de esgoto para 90% da população) e o fornecimento de água potável para 99% da população até o fim de 2033 (veja os principais pontos mais abaixo).

“Essa perspectiva de universalização se torna efetiva. O que era retórica, era discurso, passa ser concretude”, disse o ministro Rogério Marinho, do Desenvolvimento Regional, uma das autoridades que discursaram na cerimônia.

Para o ministro Paulo Guedes, da Economia, a nova lei vai gerar entre R\$ 600 bilhões e R\$ 700 bilhões de investimentos no setor.

"Esperamos que haja R\$ 600, R\$ 700 bilhões de investimentos nos próximos anos nesse setor. São 100 milhões de brasileiros que não podiam lavar as mãos. Na verdade, 100 milhões sem esgoto e falta de água limpa para 35 milhões de brasileiros. Então, é importante e isso destrava, porque é a primeira grande onda de investimentos", disse Guedes em seu discurso.

Bolsonaro participou da cerimônia por videoconferência. Ele está com Covid-19 e por isso tem trabalhado na residência oficial do Palácio da Alvorada. Bolsonaro não discursou.

Aprovado em dezembro pela Câmara e no final do mês passado pelo Senado, o novo marco legal era discutido desde 2018 no Congresso Nacional. Duas medidas provisórias sobre o tema foram editadas, mas perderam a validade por falta de consenso entre os parlamentares sobre o texto a ser aprovado.

Novo marco legal do saneamento abre caminho para o fim dos lixões a céu aberto no Brasil
Novo marco legal do saneamento abre caminho para o fim dos lixões a céu aberto no Brasil

Vetos

Um dos vetos do presidente tira da lei a previsão de que o poder público pode assumir os serviços de saneamento de empresas públicas ou sociedades de economia mista que passarem por alienação acionária. Pelo texto aprovado pelo Congresso, o poder público poderia assumir a atividade mediante indenização.

Outro veto retirou o ponto que permitia a prorrogação dos chamados contratos de programa, que são aqueles celebrados sem concorrência e fechados diretamente entre os titulares dos serviços e

as concessionárias. Essa modalidade de contrato é usada atualmente na prestação de serviços pelas companhias estaduais de saneamento. Governadores divulgaram uma carta contra esse veto. Segundo eles, a permissão de prorrogação dos contratos de programa ajudaria na transição para o novo modelo.

Por fim, o governo vetou todo o artigo 20, que retirava a categoria “resíduos sólidos” de regras aplicadas aos serviços de água e de esgoto. Segundo o governo, esse artigo prejudicava a isonomia entre as atividades de saneamento básico

Os vetos serão analisados pelo Congresso, que pode derrubá-los e retomar os itens inicialmente aprovados.

Pontos da nova lei

Veja os principais pontos da nova lei:

Universalização do saneamento

O projeto fixa como prazo para universalização dos serviços de saneamento a data de 31 de dezembro de 2033, de modo que até essa data o país tenha:

- 99% da população com acesso à água potável;
- 90% da população com acesso ao tratamento e à coleta de esgoto.

Licitação obrigatória

Pela nova lei, não será mais possível fechar os chamados contratos de programa para a prestação de serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

Os contratos de programa são firmados sem concorrência e celebrados diretamente entre os titulares dos serviços e as concessionárias. Essa modalidade de contrato é utilizada na prestação de serviço pelas companhias estaduais de saneamento.

A lei determina a abertura de licitação, com a participação de empresas públicas e privadas, e acaba com o direito de preferência das companhias estaduais.

De acordo com a proposta, os contratos celebrados deverão estabelecer metas de:

- expansão dos serviços;
- redução de perdas na distribuição de água tratada;
- qualidade na prestação dos serviços;
- eficiência e uso racional da água, da energia e de outros recursos naturais;
- reuso de despejos.

Fim dos lixões

A lei em vigor previa que os lixões deveriam acabar em 2014. Agora, a lei determina como prazo 31 de dezembro de 2020. Esta data não vai valer para os municípios com plano intermunicipal de resíduos sólidos ou plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos.

Para esses casos, os prazos vão variar de agosto de 2021 a agosto de 2024, dependendo da localização e do tamanho do município.

Agência Nacional de Águas (ANA)

O texto prevê que a Agência Nacional de Águas (ANA) deverá estabelecer normas de referência sobre:

- padrões de qualidade e eficiência na prestação, na manutenção e na operação dos sistemas de saneamento básico;
- regulação tarifária dos serviços públicos de saneamento básico;
- padronização dos contratos de prestação de serviços públicos de saneamento básico;
- redução progressiva e controle da perda de água.

Iniciativa privada

Os responsáveis pelo saneamento básico poderão permitir a exploração do serviço por meio de concessões à iniciativa privada, por licitação. Hoje, os contratos são estabelecidos diretamente, sem concorrência.

O texto determina que os contratos deverão conter cláusulas essenciais, entre as quais as seguintes metas:

- expansão dos serviços;
- redução de perdas na distribuição de água tratada;
- qualidade na prestação dos serviços;
- eficiência e uso racional da água, da energia e de outros recursos naturais;
- reúso de efluentes sanitários e aproveitamento de águas de chuva.

Fonte : G1 – O Portal de Notícias do Globo

Data : 15/07/2020

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

LDC RENOVA FROTA PARA TRANSPORTE DE SUCOS E DERIVADOS

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 15/07/2020 - 05:00



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/200714-navio-essayra-sucos-divulgacao-ldc.jpg>

Navio Essayra em Santos/Divulgação LDC

Novos navios, segundo empresa, representam redução de 40% no consumo de combustível e de 85% das emissões atmosféricas de enxofre por tonelada.

A Louis Dreyfus Company (LDC) inicia, nesta semana, a operação do primeiro de seus dois novos navios para o transporte de sucos e produtos derivados. A frota, que passará a atuar

de forma dedicada, será formada pelo Essayra (foto) e pelo Atlantic, este previsto para começar a operar em agosto. A nova frota, composta por esses dois novos navios, oferece 20% mais capacidade estática do que as três embarcações que operavam anteriormente nesse serviço. Com a frota 100% dedicada à operação de sucos, a companhia espera fazer a gestão de suas rotas preferenciais com mais autonomia e eficiência.

A LDC destaca a redução em 40% do consumo de combustível e em 85% das emissões atmosféricas de enxofre por tonelada de produto. Com 180 metros de comprimento e 30 metros de largura, os navios juntos têm capacidade estática para transportar 50 mil toneladas de sucos e possuem tanques para produtos customizados. Os navios possuem tanques para transporte do produto a granel. Alguns produtos podem ser levados em tambores, dentro de contêineres na parte superior de cada navio.

A empresa firmou contratos de 25 anos com a empresa sueca Wisby pelos navios. Já os sistemas de armazenagem serão gerenciados pela LDC. Para reforçar a distribuição de suco de laranja

fresco (NFC) na Europa, Estados Unidos e Ásia, a LDC também ampliou a capacidade de armazenamento em mais de 50% e a capacidade de blendagem em mais de 20% no seu terminal portuário e nas instalações de processamento de Ghent, na Bélgica, em 2019. A companhia tem 170 anos e atua há 30 no transporte de sucos.

O COO da unidade de sucos da LDC, Jorge Costa, disse que a renovação da frota é importante e abre oportunidades para um negócio tradicionalmente com margens apertadas. O projeto levou três anos de desenvolvimento e contou com investimentos da ordem de US\$ 40 milhões. Costa avaliou que, além de aproveitar a época de substituição das embarcações anteriores, a empresa começa a operar com frota mais sustentável. Costa contou que tanques antigos de navios operados pela LDC foram reformados na China e reaproveitados no projeto dos dois navios.

Dois tanques foram instalados no terminal belga e, em Portugal, foram concluídas instalações da tecnologia embarcada e processos de automação. No Brasil, foi a vez da limpeza e preparação para iniciar a operação das novas embarcações. O mercado de sucos frescos cresce e é dominado por empresas brasileiras. Atualmente, mais de 80% das exportações desses sucos têm origem no Brasil. “Conseguimos atender o plano de crescimento para os próximos cinco anos, dentro nossa perspectiva de negócios”, destacou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 15/07/2020

22 EMPRESAS SE INTERESSAM EM APRESENTAR PROJETOS DE INVESTIMENTO À CDRJ

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 14/07/2020 - 20:13



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/190619-porto-de-itaguaí.jpg>

Porto de Itaguaí

Encerrado o prazo do chamamento público da Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ), no dia 7, 22 empresas se mostraram interessadas em apresentar projetos para os portos do Rio de Janeiro e Itaguaí. Além dessas, outras empresas demonstraram interesse em uma eventual licitação das áreas.

Seis avisos foram publicados no Diário Oficial da União em abril e todos receberam manifestações de interesse dos investidores. Com o chamamento público, a CDRJ tem buscado maior celeridade nos processos de arrendamento e maior interação com o mercado, mostrando as oportunidades de investimentos nos portos e entendendo sua demanda.

Segundo o gerente de Desenvolvimento de Negócios da companhia, Eduardo Miguez, mesmo com o cenário de crise gerado pela pandemia da Covid-19, o número de manifestações de interesse nos projetos reforça a boa perspectiva de retomada econômica. “Nossos portos são fundamentais para propiciar esse ambiente de investimentos, aumentando a arrecadação da companhia, de impostos para o governo, gerando emprego e renda para a sociedade e viabilizando a operação de toda a cadeia logística de comércio exterior”, ressaltou.

Para o Porto de Itaguaí, os projetos são referentes às seguintes áreas: Terminal de Granel Sólido 2 em área “greenfield”; terminal de Granel Sólido 3; Terminal de Granel Líquido; Operação de Transbordo de Granel Líquido (ship to ship); e área de apoio à operação portuária. Já para o Porto do Rio de Janeiro, o projeto é para elaboração e doação de Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) para um terminal de granel líquido.

Ao final do processo, todas as manifestações de interesse serão encaminhadas à Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA).

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 15/07/2020

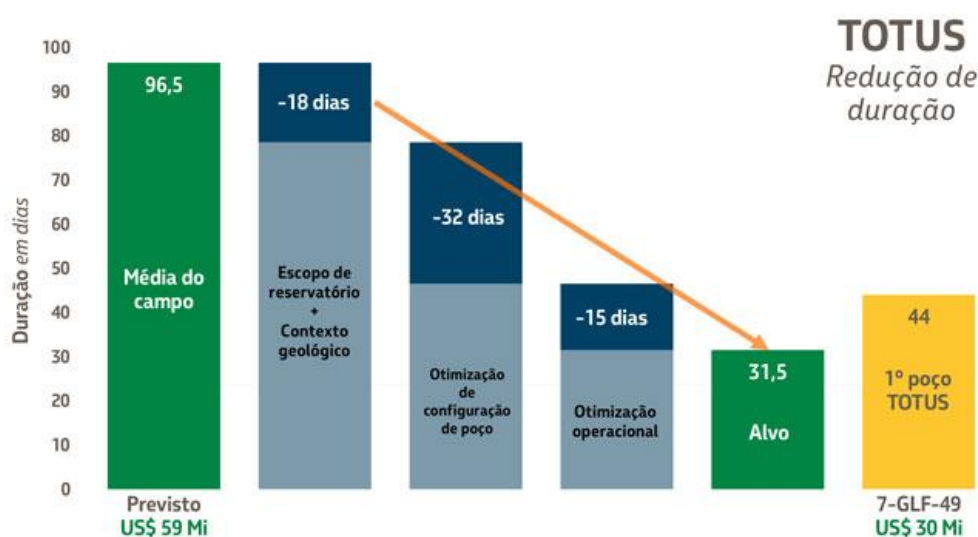
PETROBRAS REDUZ PELA METADE TEMPO E CUSTO DE CONSTRUÇÃO DE POÇO NO PÓS-SAL

Da Redação OFFSHORE 14/07/2020 - 20:17

Aplicação de novo conceito – Totus - permite simplificar as etapas de construção do poço a partir de otimizações implementadas nas fases de projeto e planejamento

No início de julho, a Petrobras concluiu, em metade do tempo, a construção do poço submarino 7-GLF-49H-ESS, no campo de Golfinho, na Bacia do Espírito Santo, a 100 km de Vitória. Este foi o primeiro poço do pós-sal construído com a aplicação do conceito True One Trip Ultra Slender (Totus), que consiste em simplificar e reduzir o tempo gasto nas etapas de perfuração e completação, a partir de otimizações e inovações inseridas nas fases de projeto e planejamento. A utilização pioneira desse conceito inovador permitiu concluir este primeiro poço em apenas 44 dias frente aos 96 dias da média histórica no campo, reduzindo o custo em 50%. O poço 7-GLF-49H-ESS tem previsão de entrar em operação em outubro de 2020 produzindo aproximadamente 12 mil barris de óleo por dia.

A Petrobras pode aplicar esse conceito em seus novos poços, em diversos campos maduros do pós-sal, no período de 2021 a 2025, com potencial de redução de custo entre US\$ 20 e 35 milhões por poço.



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/200714-totus.jpg>

“O conceito Totus, desenvolvido e patenteado pela Petrobras, é parte do esforço da companhia na busca por soluções tecnológicas e redução de custos de suas atividades de forma segura e eficiente. A otimização da construção de poços viabiliza o aumento da produção e das reservas em campos maduros do pós-sal, com custos de produção compatíveis com o cenário de baixo preço do petróleo, contribuindo com a criação de valor para a Petrobras”, destaca o gerente executivo de Construção de Poços Marítimos da Petrobras, Samuel Bastos de Miranda.

Resultado do trabalho integrado de diversas disciplinas, tais como geologia, engenharia de reservatórios, engenharia de poços, engenharia submarina, centro de pesquisas e suprimento de bens e serviços, o conceito Totus consiste na perfuração realizada em apenas 3 fases (Ultra Slender) e a completação (superior e inferior) instalada numa manobra única (True One Trip), diferente das configurações tradicionais (4 ou 5 fases de perfuração e 2 ou mais manobras para instalar a completação).

O Totus poderá ser utilizado em determinados campos maduros do pós-sal onde as características geológicas e de reservatório favorecem sua aplicação.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 15/07/2020

AS CATÁSTROFES, QUE NÃO OCORRERAM

Por Leandro Carelli Barreto e Robert Grantham OPINIÃO 14/07/2020 - 20:00



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/200228-container-navio.jpg>

Há alguns anos o setor de transporte marítimo de contêineres era visto por alguns observadores como comoditizado, previsível e até um pouco inerte. Para entender sua dinâmica muitos acreditavam que bastava mapear algumas poucas variáveis, tais como: crescimento do comércio internacional, encomendas de novos navios e custos de combustíveis e afretamento.

Naquele tempo, preparar as almeçadas análises fundamentalistas do setor ou decifrar os famosos planejamentos estratégicos das empresas era quase que uma “receita de bolo”, normalmente ratificadas pelos comentários, previsões e justificativas contidos nos balanços financeiros publicados por alguns dos principais armadores.

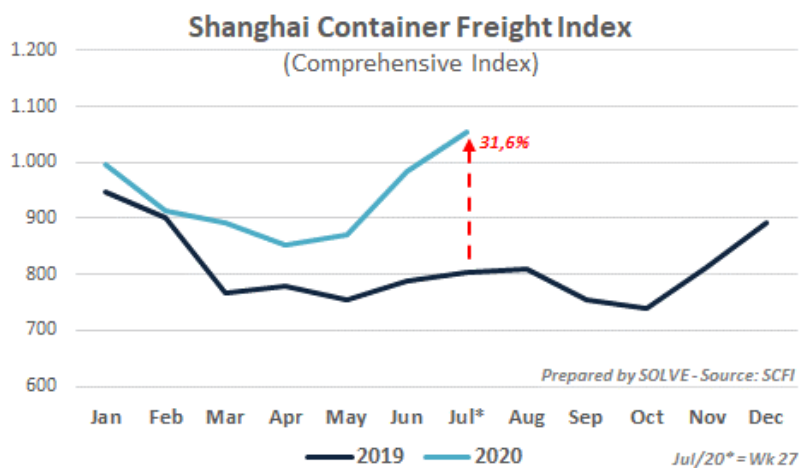
Evidente que num momento de ruptura como o que o mundo está passando em virtude da pandemia causada pelo Covid-19, onde ao mesmo tempo que se recebe uma enxurrada de informações nas mídias e redes sociais – muitas delas difusas, polarizadas, politicamente contaminadas e nem sempre verdadeiras –, há uma enorme escassez de indicadores econômicos oficiais atualizados que possam embasar previsões responsáveis e, portanto, a capacidade de realizar uma rápida interpretação dos “sinais do mercado”, assim como uma pronta adaptação às novas realidades vêm se tornando mais necessárias do que as próprias análises fundamentalistas, baseadas em dados oficiais defasados, ou do que planejamentos estratégicos engessados calcados em cenários que já não mais existem.

O fato é que recentemente poucos setores parecem ter incorporado tanto essa agilidade na interpretação dos “sinais do mercado” quanto o setor de transporte marítimo em contêiner, o que até lhes rendeu na última semana uma publicação dura e atípica da respeitada consultoria internacional Drewry Maritime Research: “When big profits look bad”.

As rápidas ações/reações dos armadores na gestão da oferta & demanda em meio a essa crise de forma a “estancar” a queda dos fretes são inquestionavelmente a maior prova dessa mudança de perfil dos armadores, até porque contrastam bastante com a postura catastrófica adotada pelo setor durante e após a crise de 2009. No entanto, antes mesmo do recrudescimento da crise atual, pode-se dizer que outras “catástrofes” conjecturadas mais recentemente já haviam sido contornadas por essa nova postura dos armadores como, por exemplo, as enormes incertezas causadas pelo IMO 2020 e que foram motivo de debates acalorados ao longo de todo o ano de 2019. No fim, os congestionamentos nos estaleiros para instalação de scrubbers em dez.19 e jan.20 acabaram não acontecendo, os muitos blank sailings no 1ºtri/20 por conta dos navios parados nos estaleiros também não aconteceram e o preço do LSFO caiu tanto que atualmente já há fábricas de scrubbers dispensando pessoal (claro que o Covid-19 e a disputa entre russos e árabes influenciaram bastante nesse caso).

Com o lockdown na China logo no início de fevereiro, outra “catástrofe” que não se confirmou foi a de que isso poderia encerrar a sequência de resultados positivos dos armadores. E o que vimos no 1ºtri/20 deste ano? A esmagadora maioria dos armadores reportando resultados positivos, com a Hapag Lloyd apresentando um EBIT de 6,5%, Maersk com 5,8%, CMA CGM com 5,4%, Zim com 3,3%, Wan Hai com 3,6%, Cosco 3,2%, Evergreen 0,8%, Yang Ming 0,3%.

Posteriormente, falou-se que os resultados do 2ºtri/20 seriam terríveis para os armadores diante da queda sem precedentes dos volumes, das receitas e, conseqüentemente, da liquidez, mas nas últimas semanas a reação dos fretes nas rotas Leste <> Oeste já tem levado muitas empresas e analistas a reverem suas expectativas. De acordo com SCFI – Shanghai Container Freight Index, nas primeiras semanas de julho os fretes nas rotas Leste <> Oeste estavam mais de 30% acima do mesmo período de 2019.



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/200714-tab1.png>

Tabela

Claro que nem todos esses resultados são mérito apenas de uma melhor estratégia ou maior habilidade na gestão da capacidade por parte dos armadores e que a principal explicação é sem dúvida a consolidação vivida por esse setor ao longo dos últimos anos, que reequilibrou o poder de

barganha entre as duas principais “forças” desse microambiente competitivo: armadores e grandes embarcadores.

Ainda que a mencionada publicação da Drewry possa soar parcial para alguns, ela é bastante feliz ao concluir dizendo que: "Vai demandar alguns esforços de ambos os lados. As linhas podem fazer um trabalho melhor em termos de antecedência e justificativas ao fazer alterações na capacidade, assim como um contato mais próximo com os clientes quanto a sinais de recuperação que possam ajudar a evitar possíveis gargalos. Já os donos de carga devem estar cientes de que as transportadoras precisam manter um nível mínimo de receita ou então serão forçadas a retirar os serviços".

O mais interessante, contudo, é perceber que as “receitas de bolo” e a morosidade do setor se foram e que o transporte marítimo em contêiner precisa ser encarado atualmente por todos os seus stakeholders como um setor cada dia mais ágil, dinâmico, adaptável e ávido para recompor os prejuízos da última década (US\$ 110bi de acordo com a McKinsey).

Efeitos para o Brasil

Felizmente, algumas dessas “catástrofes” também não chegaram a ocorrer por aqui como, por exemplo, ainda no 1ºtri/20 quando começaram a faltar equipamentos e navios para as exportações brasileiras em razão dos blank sailings provocados pelo lockdown na China e os armadores se apressaram em otimizar seus inventários, ofertar rotas alternativas e trazer extraloaders à costa brasileira para reposicionar equipamentos vazios e levar carnes para a Ásia.

A mesma “catástrofe” de falta de equipamentos e navios para as exportações brasileiras também foi evitada no 2ºtri/20 com a mesma “receita” (extraloaders e rotas alternativas). Contudo, dessa vez em razão dos blank sailings causados pela queda da demanda no Brasil, diante das medidas de isolamento social adotadas para conter a pandemia por aqui e que levaram a quedas expressivas nos volumes, e, conseqüentemente dos fretes, das importações brasileiras da Ásia.

Interessante notar que, ainda que os fretes de importação da Ásia tenham caído de uma média de US\$ 1.600 no 1ºtri/20 para em média US\$ 800 no 2ºtri/20 e iniciado o 3ºtri/20 abaixo dos US\$ 400, os armadores estão aparentemente “mudando a receita” nessa rota, já que até o momento não foram identificados novos blank sailings para o mês de agosto (exceto um do serviço da PIL que na prática significa a prorrogação em uma semana do retorno desse serviço à configuração semanal após três meses rodando quinzenal).

Possivelmente a conta de reposicionar 16 extraloaders apenas nos meses de junho e julho para atender a demanda dos exportadores brasileiros para Ásia ficou mais alta do que tentar segurar a queda dos fretes de importação e, como a demanda e os fretes de exportação seguem aquecidos nessa rota, os armadores provavelmente estão “virando a chave” e tirando das importações a responsabilidade de “main leg” ou “headhaul”. Em outras palavras, estão dando à exportação a incumbência de “pagar a conta”.

A se confirmar, essa nova estratégia não deixa de ser uma boa notícia não apenas para os donos da carga – que terão escalas e disponibilidade de equipamentos mais previsíveis —, mas também para os terminais portuários brasileiros que, em intensidades diferentes, foram bastante afetados pelos cancelamentos dos últimos meses – muito embora, por outro lado, Portonave, TCP e BTP tenham conseguido capturar boa parte das escalas dos extraloaders que passaram pela costa brasileira e, com isso, praticamente não sentiram os efeitos da crise.

Em suma, nunca houve ninguém muito ingênuo ou incompetente nesse mercado e, portanto, a enorme volatilidade dos fretes observada nos últimos anos foi fruto do já superado overcapacity e da velha cultura do “quem pode mais, chora menos”. Com esse maior equilíbrio da oferta & demanda e entre principais forças do mercado pós consolidação dos armadores, o desejável seria que as “armas fossem baixadas” e finalmente se passasse a construir uma parceria verdadeira entre todos os elos da cadeia logística – com um buscando de fato entender as “dores”, as necessidades e os limites do outro.

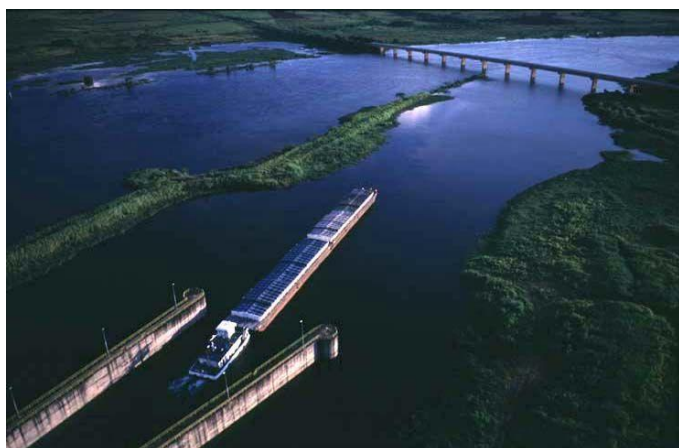
Leandro Barreto Leandro Carelli Barreto e Robert Grantham são sócios da Solve Shipping Intelligence

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 15/07/2020

NOMENCLATURA DAS HIDROVIAS VAI AGILIZAR CONTRATOS DE INFRAESTRUTURA, DIZ DNIT

Por Dérika Virgulino NAVEGAÇÃO 14/07/2020 - 19:50



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/170608-hidrovia-Brasil-Uruguai.jpg>

Arquivo

Além da criação de nomenclatura, para este ano o DNIT planeja dar continuidade aos projetos de eclusas e operações de IP4.

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) criou, no último mês, uma nomenclatura para a identificação das hidrovias no Brasil. Segundo a autarquia, o objetivo foi garantir a padronização para

maior controle e organização, mas também para oferecer mais agilidade aos processos de licitação e contratação, tanto para a implantação da infraestrutura aquaviária, como para sua manutenção e reparo. Além disso, para este ano o DNIT planeja dar continuidades aos projetos de eclusas e de operação das Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte (IP4).

A nomenclatura das hidrovias representa, de acordo com a autarquia, uma etapa de um conjunto de ações já em andamento com vistas à identificação das hidrovias até o nível dos trechos e subtrechos. O DNIT explicou que buscou por um formato que se assemelhasse ao empregado nas rodovias para ser mais familiar aos usuários dos modos de transporte nacional, desde que ficasse garantida a completez dos dados que se deseja codificar.

Desse modo, a autarquia utilizou o HN em referência à Hidrovia Nacional. O termo é genérico porque os rios são transversais e nem todos são federais. Além disso, podem abranger mais de um estado e até mais de um nome. Quanto aos algoritmos, o primeiro identifica a região

hidrográfica e os dois últimos se referem ao rio propriamente dito, contando da foz do rio para o seu interior, considerando afluente e subafluente, em numeração crescente, para identificar a região hidrográfica.

Para melhor visualização, o DNIT utilizou o exemplo da Hidrovia Rio Amazonas, que ficou nomeado da seguinte forma: HN-100/Rio Amazonas. Neste caso, o algarismo “1” representa a região hidrográfica e os algarismos “00” representam o código identificador da hidrovia. Ao todo existem nove regiões hidrográficas no Brasil.

O DNIT afirmou que a nomenclatura foi associada à vetorização dos rios, realizada anteriormente, e à divisão e catalogação de seus trechos e subtrechos, ainda em curso. A ideia é que se atinja uma padronização que garanta melhor organização e controle, além de possibilitar mais assertividade nos processos de licitação para a infraestrutura das hidrovias. Como consequência, haverá melhora, segundo a autarquia, no transporte das pessoas que usam esse meio de transporte, tanto para se locomover quanto para movimentar mercadorias e bens. Tudo isso com mais segurança e alcance.

Além desse projeto, o DNIT tem como meta ainda para este ano concluir a contratação dos serviços de diagnósticos e elaboração de projetos para as oito eclusas sob sua responsabilidade. Esta etapa consta no Programa Nacional de Recuperação, Operação, Manutenção e Gestão de Eclusas (Proeclusas). Com essas contratações, a autarquia espera obter subsídios sobre as necessidades de reparo e modernização dessas eclusas, bem como promover a operação e manutenção dessas estruturas. Outro objetivo é colocar em operação as IP4 por níveis de serviço.

Para o próximo ano, o DNIT afirmou que existe a previsão de R\$ 80 milhões na proposta ao Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2021, voltados para a conservação e recuperação de ativos de infraestrutura da União em hidrovias; operação de eclusas e hidrovias e operação de Terminais Hidroviários, no âmbito dos transportes aquaviários.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 15/07/2020